



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UAG
CURSO DE GEOGRAFIA - CGEO

DANILO ALDRIN LEITE DE ATAIDE

**O DESAFIO DA INCLUSÃO SOCIAL DOS REFUGIADOS NA CIDADE DE JOÃO
PESSOA – PB**

CAMPINA GRANDE

2017

DANILO ALDRIN LEITE DE ATAIDE

**O DESAFIO DA INCLUSÃO SOCIAL DOS REFUGIADOS NA CIDADE DE JOÃO
PESSOA – PB**

Trabalho Monográfico apresentado à Banca Examinadora da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, para obtenção da graduação em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. **Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior**.

CAMPINA GRANDE

2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A862d Ataide, Danilo Aldrin Leite de.
O desafio da inclusão social dos refugiados na cidade de João Pessoa – PB /
Danilo Aldrin Leite de Ataide. – Campina Grande, 2017.
84 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina
Grande, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior".

Referências.

1. Geografia. 2. Territórios e Territorialidade. 3. Refugiados. – Inclusão
Social – João Pessoa - Paraíba. I. Souza Júnior, Xisto Serafim de Santana de. II.
Titulo.

CDU 911(043)

BANCA EXAMINADORA DE: DANILO ALDRIN LEITE DE ATAIDE
TÍTULO: O DESAFIO DA INCLUSÃO SOCIAL DOS REFUGIADOS NA CIDADE DE
JOÃO PESSOA – PB

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Curso de Licenciatura Plena em Geografia

Campina Grande – PB, ____ de ____ de 2017

Prof. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior – UFCG
Orientador

Prof. Ms. José Ivonaldo Holanda de Almeida
Examinador 1

Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo
Examinador 2

Resultado: _____

Dedico esta monografia a minha família nas pessoas de minha esposa Jaquelyne Sylvia e de meu filho Davi, enfatizo que todas as conquistas e realizações até aqui alcançadas foram para e por eles.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, todo poderoso, por sempre abençoar e fortalecer meus dias os consagrando fé e determinação, não permitindo que fraquejasse diante das adversidades da vida.

Ao meu orientador Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior (UAG / UFCG) que desde o primeiro componente curricular, mostrou-se competente e um excelente ser humano, registro admiração por sua atuação profissional não apenas da ciência em questão, Geografia, mas sim, um fomentador de conhecimento nos mais diversos vieses da atualidade, por esta razão, toda minha gratidão por sua atenção, comprometimento e respeito a mim ofertado.

Ao corpo docente do Curso de Geografia da UFCG pelo comprometimento em ensinar os conteúdos, os quais foram basilares para a realização deste trabalho. Aos meus colegas de curso, em especial a Edvanilson Alves, exemplo de homem e pai, ao qual convivi desde o primeiro dia na academia, demonstrando que apesar das dificuldades, sempre se mostrou responsável e comprometido.

Agradeço aos professores participantes da banca examinadora José Ivonaldo Holanda de Almeida (UAG /UFCG) e Sérgio Luiz Malta de Azevedo (UAG /UFCG) que prontamente aceitaram avaliar este trabalho, contribuindo com sugestões e informações adicionais que agregam valor imensurável.

À mestre Maritza Ferretti Farena, “elo” de ligação entre o pesquisador e os refugiados/solicitantes de refúgio, sendo sua participação essencial na elaboração não apenas da pesquisa teórica, mas a possibilidade de vivência com os indivíduos, cenário fundamental para meu crescimento como pesquisador e ser humano.

Aos colegas Igor Sabino (UFPB), professora Andrea Pacífico Pacheco (UEPB), Aristides e Alfredo Hilário Escobar Rosabal que participaram das entrevistas concedendo a exposição de seus conhecimentos e vivencia de refúgio permitindo impulsionar e alcançar os objetivos do referido estudo.

Em especial, agradeço a minha esposa Jaquelyne Sylvia e meu filho Davi Áldrin, que com todo seu amor estiveram presentes em todos os momentos da minha caminhada acadêmica, não permitindo que fraquejasse, encorajando a buscar caminhos para uma vida ainda mais promissora.

Enfim, agradeço aos meus familiares que de uma forma ou de outra acreditaram em mim.

RESUMO

Através das frequentes propagações de notícias que vinculam a respeito do movimento migratório de grandes massas populares em decorrência de algum tipo de violência ou perseguição, espera-se a proliferação de estudos voltados a esses indivíduos tão necessitados de amparo por parte tanto de suas nações de origem quanto pelas os estão recebendo. A presente pesquisa teve por objetivo identificar quais os desafios da inclusão social dos refugiados na cidade de João Pessoa – PB. Em busca do alcance do objetivo, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturada com refugiados e cuidares, todos localizados na cidade de João Pessoa, as entrevistas tiveram duração em média sessenta minutos, além da observação direta não participativa. A partir do estudo, constatou-se que consideram a escolha da cidade em virtude de algum grau de parentesco já existente, ponto fundamental para harmonização de futuras demandas do trabalho da família e do social, muito embora estes refugiados estejam constantemente deparados com dificuldades no idioma, em parcerias para alcance de um novo emprego, bem como uma gigantesca carga de preconceito e tabu nos relacionamentos. Os sentimentos de realização pessoal juntamente com o apoio de grupos sociais colaboram diretamente para contrair o equilíbrio entre as três esperas. Faz-se necessário destacar ainda que os dados apontaram diversas características específicas em relação à ajuda humanitária existente nos cuidadores, bem como nos grupos de apoio participantes constituindo variáveis adicionais que interferem diretamente na readaptação e equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar dos refugiados.

Palavras-chave: Perseguição, refugiados, desafios.

ABSTRACT

Through the frequent propagation of news that links about the migratory movement of the popular masses as a result of some type of violence or persecution, it is hoped that a proliferation of studies will be carried out on those individuals so in need of protection by both their native nations how much they are receiving. The present research aimed to identify the challenges of social inclusion of refugees in the city of. In order to reach the objective, five semi-structured interviews with refugees and caretakers, all located in the city of João Pessoa, were conducted, the interviews lasted an average of sixty minutes, in addition to direct non-participatory observation. From the study, it was found that they consider the choice of the city due to some degree of kinship already existing, a fundamental point for harmonization of future demands of the work of the family and the social, although these refugees are constantly faced with difficulties in the language , partnerships to reach a new job, as well as a gigantic load of prejudice and taboo in relationships. Feelings of personal fulfillment coupled with the support of social groups collaborate directly to strike the balance between the three waits. It is also necessary to point out that the data pointed to several specific characteristics in relation to the humanitarian aid that exists in the caregivers, as well as in the groups of support, constituting additional variables that directly interfere in the readaptation and balance between the personal, professional and familiar life of the refugees.

Keywords: Persecution, refugees, challenges.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Aylan Kurdim, símbolo do drama dos refugiados.....	34
Figura 02:	Localização da Cidade de João Pessoa – PB	39

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01:	III Seminário em Celebração ao Dia Mundial do Refugiado.....	64
Anexo 02:	Carta resposta da Polícia Federal.....	65
Anexo 03:	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	66

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 01: Solicitação de dados para a Polícia Federal.....	69
Apêndice 02: Roteiro de entrevista para quem trabalha com refugiados.....	70
Apêndice 03: Roteiro de entrevista com refugiados.....	71
Apêndice 04: Transcrição literal da entrevista com pessoas que trabalham com refugiados...	72
Apêndice 05: Transcrição literal da entrevista com refugiados.....	82

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.
ANAJURE	Associação Nacional de Juristas Evangélicos
ANUAR	Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento.
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CIE	Cédula de Identidade de Estrangeiro
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados.
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
EUA	Estados Unidos das Américas
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
NEPDA	Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIR	Organização Internacional dos Refugiados
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas.
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UEPB	Universidade Federal da Paraíba
UNREF	Fundo das Nações Unidas para os Refugiados
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviética
SI	Sociedade da Informação

APRESENTAÇÃO

*Música (Órfão de nações)
Compositor (Celestino Lucas)*

*A estrada é longa pra dizer bom dia
Vou vencer o cansaço andando lado a lado todo dia
Longos percursos por terra e mar
Andando em busca de um novo lar
Homens, mulheres, crianças largando suas origens*

*Perdendo sua dignidade
A procura de outros países
Correm em busca da igualdade
Consegue a tal felicidade*

*Onde que rebeldes armados, exércitos que comandam mal
Tratando o seu semelhante como animal
Pessoas que só querem viver em paz
Cansada de tanta guerra voraz
Onde está a fronteira da paz?
A fronteira da paz, a fronteira da liberdade?
A fronteira da paz?
Até quando? Até quando teremos que narrar esta história?
Até quando teremos que enxugar tantas lágrimas?*

*Chega de tanto órfão de nações
Chega não dar mais para chorar não
Chega de tantos órfãos de nações
Chega não dar mais “pra” chorar não*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CAPÍTULO I - REFUGIADOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO	17
1.1 A REGULAMENTAÇÃO DO REFUGIADO NO BRASIL.....	24
2 CAPÍTULO II - TERRITORIALIZAÇÃO, DESLOCALIZAÇÃO IDENTITÁRIA E RETERRITORIALIZAÇÃO: A ATUAL CRISE HUMANITÁRIA NO MUNDO	27
2.1 TERRITÓRIO, MOBILIDADE E REFUGIADOS	30
2.2 DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO DOS REFUGIADOS	33
3 CAPÍTULO III - REFUGIADOS: RELAÇÃO A PARTIR DAS ENTREVISTAS... 37	37
3.1 CAMINHOS PERCORRIDOS.....	39
3.2 ENTREVISTAS COM QUEM TRABALHA COM REFUGIADOS.....	46
3.2 ENTREVISTAS COM REFUGIADOS	52
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	60
ANEXOS	63
APÊNDICES	69

INTRODUÇÃO

Atualmente os meios midiáticos propagam cotidianamente o descolamento territorial forçado de uma ampla massa humana por meio principalmente de precários transportes marítimo caracterizados com um elevado número de mortos e feridos, além de uma preocupação com a formação de uma crise humanitária cada vez mais real. Partindo-se desse pressuposto, os refugiados são considerados como sendo uma das maiores preocupações mundiais principalmente no que tange as leis, diretrizes e políticas de proteção das Organização das Nações Unidas (ONU).

Considera-se que essa expansão de crise humanitária alastra-se e imerge os mais diferentes tipos de relações humanas, porém, infelizmente é claramente reconhecível reais os motivos que levam estes indivíduos a fuga, mesmo reconhecendo o perigo de morte, mas não encontra-se uma solução coerente e severa que reduza drasticamente com o avassalador cenário atual. Dessa maneira as nações passam a sentir necessidade de apoio humanitário a estes refugiados, resultando assim nas melhorias de suas leis vigentes conforme as diretrizes da ONU e na formação de grupos humanitário que irão ajudar durante todo o processo de legalização. No entanto, além deste fato não acontecer em todos os países receptores, a ausência de medidas impeditivas dos pais de origem dificulta o desaceleramento do processo migratório mundial.

Diante essa realidade, pesquisadores passam a sentir necessidade de designação do que seria refúgio, o que tornou possível após décadas afirmar que o refúgio, decorre de uma não eventualidade, podendo ser consequência de mudanças políticas, sociais, religiosas, ambientais, etc. Partindo-se desse entendimento, averiguou-se que a prática de fuga sem a devida regulamentação e reconhecimento internacional implicava na dificuldade de adaptação e perda dos direitos de proteção estatal do local de origem, tornando-se sujeitos a pátrio ou simplesmente órfãos de nação. Tais percas de direito influenciavam diretamente na autoestima e no reconhecimento social dessas pessoas. Por essa razão, taxadas normalmente como verdadeiras “ameaças humanas” mundiais justificando ainda muitos países não os aceitarem e posteriormente os deportavam tornando-os “problemas de outras nações”

No Brasil, esse contexto também é exaustivamente pertinente, porém, observa-se que nas últimas décadas há um destaque internacional no que tange a legislação vigente no país, bem como nas Cáritas, grupos humanitários e ONG's espalhadas por todo o território, o que permitiu nos últimos anos um aceleração de legalizações de refúgio, bem como a reterritorialização e realocização identitárias destes indivíduos. Observado a região

Nordeste, em especial, o estado da Paraíba, passa-se a identificar que, mesmo sendo demarcado por um território pequeno e de propagação midiática quase nula no que se refere as práticas de incentivo e desenvolvimento econômico quando comparado aos demais Estados, detém um expressivo apoio e participação que não se restringe apenas na legislação, mas em pesquisas, grupos de apoio e desenvolvimento de parcerias com as instituições de ensino de modo a atender as principais necessidades imediatas dos refugiados.

Verifica-se ainda, que mesmo em meio a tantos conflitos mundiais e uma alta propagação desta migração é plausível observar que infelizmente tanto os grupos como as próprias leis detém enormes gargalos de vivência no que tange a atender as condições básicas dos refugiados, como por exemplo, alcançar condições financeiras básicas para que estes consigam sobreviver sem os auxílios governamentais, uma vez que, mesmo que não portem documentação comprobatória, há um reconhecimento de legitimidade do nível educacional e profissional. Porém ainda são poucos os postos de trabalho. Fatores como estes são totalmente relevante para proporcionar uma multiplicidade de papeis (sociais, políticos e econômicos) nestes indivíduos e sua ausência dificulta consideravelmente uma readaptação de vida e de uma realocização identitária.

Outro aspecto a ser observado refere-se aos inúmeros estudos acadêmicos no que tange a revisões bibliográficas, com ênfase principalmente na evolução da lei / expansão da crise humanitária, mas há uma limitação acentuada no debates e discursões a respeito das contingências que cercam a inserção dos refugiados mercado de trabalho, na sociedade e nas práticas governamentais com foco no apoio as parcerias e benefícios sociais que venham a oferecer subsídios necessário para sobrevivência.

Relata-se ainda que esta sobrevivência é praticamente fenômeno invisível nos meios midiáticos, uma vez que, estes detém a preocupação única de exposição da gigantesca massa humana que vaga de um território para o outro em busca de um dia de paz. No entanto, não difunde a necessidade não apenas de abrigo, mas de meios que proporcione uma nova vida, seria como ao chegarem no País, automaticamente tem uma vida estruturada o que não acontece, muitos deles chegam com a roupa do corpo e por não deter identificação não consegue qualquer tipo de ajuda e proteção.

Partindo desse contexto e todas as inquietações acima discutidas, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) justifica-se por buscar maior entendimento a respeito da inclusão social do refugiado após conseguir a regularização de refúgio, com ênfase em destacar quais os principais obstáculos por eles vivenciados. A perspectiva é que este estudo venha disponibilizar elementos e subsídios que demonstre os estorvos na nova vida destes

indivíduos, permitindo contribuir com o fortalecimento do debate que ao chegarem no novo território possuem necessidades básicas de sobrevivência e buscam um posicionamento novo contexto econômico, social e político, enfatizando a importância do apoio governamental e de grupos humanitário. Para tanto, optou-se pelo seguinte problema de pesquisa: **Quais os principais desafios vivenciados por um refugiado ao deixar ser País de origem em busca de um novo território?**

Mediante o acima exposto e buscando evidenciar fatos que possibilitem o solucionamento de tal indagação, o presente estudo, vem analisar e observar participantes de apoio humanitários e refugiados na cidade de João Pessoa / Paraíba e por isso tem como objetivo geral: **identificar quais os desafios da inclusão social dos refugiados através dos discursos de residentes em João Pessoa – PB.**

A partir do objetivo geral, o caráter científico deste trabalho busca:

1. Evidenciar a nacionalidade dos refugiados elencando as justificativas da saída do país de origem e escolha da cidade de João Pessoa;
2. Descrever como se dar o processo de regularização e inclusão social dos refugiados conforme políticas públicas nacionais e estaduais;
3. Apresentar os principais desafios para os refugiados nas esferas social, política e econômica.

No que se refere aos aspectos metodológicos, afirma-se que a presente pesquisa detém natureza qualitativa, uma vez que não faz uso de modelos estatísticos. As técnicas inerentes a este procedimento metodológico possibilitaram também o desenvolvimento de concepções pelo fato de se trabalhar o indivíduo enquanto sujeito coletivo. Buscou-se estruturar no método operativo uma escala de sujeito pesquisado, permitindo uma obtenção de uma maior aproximação do cenário analisado e o objetivo do estudo, pautados nas análises do discursos e observações diretas.

Inicialmente verificou-se uma revisão de literaturas referente a problemática discutida e posteriormente buscou-se relacionar com os entrevistados participantes do Projeto João Pessoa Solidária.

A importância dessa metodologia pauta-se na Análise do Discursos do Sujeito, que por sua vez consiste na identificação das ideias centrais contidas no discurso, na ação do sujeito social no cenário que encontra-se inserido, e na observação direta, o que permitiu ao pesquisador identificar com maior clareza a posição assumida por cada indivíduo entrevistado.

Na execução do trabalho, realizou-se a apresentação da referida pesquisa como Trabalho de Conclusão de Curso, com modalidade monografia. Evidencia-se a preocupação da aproximação dos entrevistados com o objetivo geral, uma vez que por tratar-se de uma temática que envolve meios jurisdicionais e leis internacionais faz-se necessário total esclarecimento em busca de proteção dos dados expostos.

Afirma-se que a presente pesquisa teve como principais bases de referência metodológica a obra de Lefêbvre e Lefêbvre (2003), utilizando-se do método fenomenológico e suas peculiaridades analíticas, neste caso a noção de intencionalidade, percepção e representação social, com destaque as falas e discursos.

Por considerarmos uma questão-chave para o entendimento da pesquisa, dedicamos um capítulo específico para a discursão dos procedimentos.

O presente trabalho encontra-se subdividido em três capítulos, evidenciando que na introdução são elucidadas à problemática e a metodologia. No primeiro capítulo: *Refugiados: Contextualização e Definição* é discutido um contexto histórico que vem a expor conceitos basilares de refugiado, migrante e asilado, bem como, descrever a evolução das legislações vigentes, principais órgãos competentes e o agravamento da crise humanitária. Ainda no subitem, averigua-se a discursão da regularização do refugiado no Brasil. O segundo capítulo: *Territorialização, Deslocalização Identitária e Reterritorialização: A Atual Crise Humanitária no Mundo*, aborda território, reterritorialização e deslocalização identitária. Por fim, o terceiro Capítulo: *Refugiados: Relação a partir das Entrevistas* versa os resultados da pesquisa através da análise do discurso pautado na percepção das ideias centrais dos sujeitos. Evidencia-se ainda, que além destas divisões, na presente pesquisa detém as considerações finais, anexos e apêndices.

A motivação para realização dessa pesquisa se deu pelo interesse em evidenciar as verdadeiras razões de refúgios, bem como, estes indivíduos passam a sobreviver em um território totalmente desconhecido, destacando as necessidades de apoio e utilização de serviços e programas sociais, uma vez que muito se fala da crise humanitária, porém, pouco se propaga como se dar a vida após uma regularização de um refúgio.

Já a opção pela cidade de João Pessoa enquanto recorte territorial, este justifica-se pelo fato do não conhecimento de nenhum indivíduo que se encontre em situação de refugiado em Campina Grande. Outro fato determinante se deu pelo fato da existência de pesquisadores e de debates acadêmicos sobre o tema, bem como a atuação de ONGs nesta localidade.

CAPÍTULO I

REFUGIADOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO

*Mas eu sou exilado. Sela-me com teus olhos.
Leva-me para onde estiveres. Leva-me para o
que és. Restaura-me a cor do rosto E o calor
do corpo A luz do coração e dos olhos, O sal
do pão e do ritmo, O gosto da terra...a terra
natal. Protege-me com teus olhos. Leva-me
como uma relíquia da mansão do pesar. Leva-
me como um brinquedo, um tijolo da casa.
Para que nossos filhos se lembrem de voltar.
(SAID, 2001, p. 52).*

Para fundamentar nossa análise se faz importante iniciar pela distinção entre três concepções que normalmente causam confusão devido à proximidade dos seus significados: as noções de refugiado, migrante e asilado.

De acordo com Moura (2016, p. 3), **refugiados** são pessoas que estão fugindo de algum conflito, guerra e/ou perseguições. O ato de sair é realizado por necessidade de sobrevivência e não por vontade própria. Já o **migrante** pode ser caracterizado por pessoas que têm o intuito de buscar melhores condições econômicas e sociais, por isso este grupo se desloca por vontade própria diferentemente do refugiado. **O asilado**, porém, corresponde ao indivíduo que conseguiu anuência política de um chefe de Estado sem a necessidade dos mesmos trâmites burocráticos, proveniente de tratados multilaterais (MAZZUOLI, 2015, p. 827).

Diante desta diferenciação bem como mediante a popularização da crise humanitária tem-se a falsa ideia que este é um problema recente o que não conduz com a história dos refugiados. Assegura-se que a terminologia refugiados surge no século XV, mais especificamente em 1442, quando os judeus e mouros são expulsos do antigo Reino da Espanha, atualmente o território Espanhol, em virtude das políticas públicas que visavam centralizar e unificar as culturas dos reinos de Castela e Aragão.

O reinado de Isabel e Fernando II, foi demarcado pelo incentivo ao preconceito religioso uma vez que vislumbravam um reino totalmente católico. Logo eram constantes as práticas de expulsão daqueles que não tinham a mesma crença religiosa e não eram adeptos a conversão, sendo considerados apátrios, ou simplesmente órfãos de nação, e não mais pertencentes ao reinado. Ressalta-se ainda que ambos os reinos por serem intimamente ligados ao papa Alexandre VI detinham forte influência política nesta época (JUBILUT, 2007).

Ao longo dos séculos vários conflitos exemplificam o processo de deslocamento de pessoas em busca de refúgio em outros países ou territórios. Tais movimentos, no entanto, ocorrem sem a devida preocupação em se definir normas que orientem ou regulamentem o processo, as quais só passam a ocorrer na segunda década do século XX a partir da criação de um órgão de regulamentação.

De acordo com Soudhaus (2013, p.4), a institucionalização da política de refúgio surge em atendimento a nova situação de mobilidade resultante dos conflitos da Primeira Guerra Mundial decorrentes de disputas comerciais e militares entre as potências mundiais, na procura por novos mercados consumidores e de novas fontes de matérias primas. Diante os inúmeros massacres e bombardeios ocorreu a fuga de um elevado número de russos e em

seguida de outros povos, deixando claro a imediata necessidade de leis de proteção a estes novos órfãos de nação que passam a representar um grande grupo com tendência de crescimento ainda maiores.

O refúgio, portanto, decorre de uma não eventualidade, mas enquanto consequência de mudanças políticas, sociais, religiosas, etc. A prática do refúgio sem a devida regulamentação e reconhecimento internacional implicava na dificuldade de adaptação e perda dos direitos de proteção estatal do local de origem, tornando-se sujeitos apátrios. De fato, a ausência de regulamentação dessa prática associada a perda dos direitos pátrios influenciavam na autoestima e no reconhecimento social dessas pessoas, sendo estas normalmente taxadas como “ameaças humanas”

De 1920 até 1935, os refugiados eram definidos de forma praticamente convencional e casuística com base em um critério grupal, tomando principalmente o fato de ser membro de um determinado grupo de pessoas² privadas da proteção de seu estado de origem. Este critério apareceu simultaneamente aos primeiros instrumentos jurídicos de proteção às minorias. Principalmente na Europa, após a Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações firmou vários tratados com os países vencidos visando a proteção de minorias nacionais (SILVA, 2012, p.14).

Em 1939 a 1945 o mundo passa por mais uma fase sombria, a Segunda Guerra Mundial. Conforme Lafer (1998), o advento desta guerra representou o maior marco de refúgio da idade moderna com cerca de 40 milhões de órfão de nação em razão do holocausto e das maiores atrocidades que feriam diretamente a integridade humana reconhecidos até os dias atuais. Esse deslocamento de pessoas permitiu o surgimento de dois grupos: os judeus deportados para fora das fronteiras alemãs e o outro por pessoas que mesmo não sendo judeus sentiam-se desprotegidos perante o Estado e por esta razão, buscavam outro território para começar uma nova vida.

Com o aumento preocupante da numerosa massa de refugiados no mundo, principalmente, no continente europeu, em novembro de 1943, antes mesmo do término da guerra e da formalização das Organizações das Nações Unidas, constituiu-se de maneira emergencial a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (ANUAR), que vem ofertar inúmeros serviços de auxílio, apoio e proteção não apenas aos refugiados, mas a todos as vítimas da guerra que sentiram necessidade de descolamento territorial bem como da reabilitação das zonas devastadas pelo conflito. Destaca-se ainda que até maio de 1945, realizou todos os trabalhos estreitamente em parceria com as forças aliadas uma vez que permitia um maior apoio logístico e material (ACNUR, 2002).

Chegado ao fim da guerra em 1945, o ANUAR detinha a preocupação em promover um repatriamento por meio das parcerias com as nações que permitiram o asilo. Foram

aproximadamente 7 milhões de repatriados. No entanto, havia os que não desejavam o retorno aos seus países de origem ocorrendo por esta razão o repatriamento obrigado uma vez que o ANUAR sentia-se constrangido pelas forças aliadas.

Deve-se ressaltar a influência norte-americana na atuação da ANUAR por ser o principal agente financiador. O conflito com a então União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) resultou em diferenças na interpretação quanto ao futuro dos refugiados compreendendo que os mesmos deveriam ser reassentados ao invés de repatriados. Como consequência desse embate, a ANUAR foi substituída em 1950 pela Organização Internacional para os Refugiados (OIR);

Apesar de especializada, a agência não pertencia a ONU ainda que prestasse subsídio exclusivamente aos refugiados europeus. Foi o primeiro organismo internacional a tratar, de forma integrada, todos os aspectos relacionados a problemática dos refugiados, como por exemplo abrangeu o repatriamento, a identificação, o registo e classificação, cuidados e assistência, proteção jurídica e política, transporte, reinstalação e reintegração, o que permitia o disfarce de uma mudança clara de prioridades, passando de uma política de repatriamento, como a levada a cabo pela ANUAR, para uma política de reinstalação em países terceiros a partir dos países de asilo (ACNUR, 2002).

Afirma-se ainda que essa nova roupagem de reinstalação foi bem vista pelo Países, principalmente para os ocidentais, uma vez que o fato de serem recebidos por estes países eram traduzidos como em mão de obra mais barata e que por diversas vezes qualificadas. Mediante este fato, os governos ocidentais afirmavam e propagavam ao mundo que o “aceite” a estes indivíduos fomentava uma distribuição mais favorável de população, descongestionando a Europa, equilibrando os processos de igualdade social.

Ao mesmo tempo que tinha-se a transição do ANUAR para o OIR, dava-se também a criação do Estado Judeu na Palestina, Israel, caracterizado por uma nação de judeus dentro do Oriente Médio o que acometeu o aumento do nacionalismo árabe na mesma proporção que os colonialistas sionistas passaram a dominar o território da Palestina. Afirma-se ainda que para os radicais árabes, os israelenses são considerados verdadeiros intrusos do ocidente justificando assim o não reconhecimento do Estado. Toda essa situação gera conflitos encontrados até os dias, além da fuga de milhares de palestinos vistos como verdadeiros elementos indesejados para uma nação, uma vez que estas nações possuem um elevado índice de pessoas que provocam ataques terroristas justificando assim o motivo pelo qual é visto como um estado fonte de refugiados.

Conforme Bouvier (2011, p. 20):

Em 1949, logo depois da Segunda Guerra Mundial (note o paralelo entre a Primeira Guerra Mundial e a Conferência de 1929), as quatro atuais Convenções de Genebra foram adotadas. A Primeira (proteção de doentes e feridos), a Segunda (proteção de náufragos) e a Terceira (Prisioneiros de Guerra) são basicamente versões revisadas das Convenções anteriores. A Quarta Convenção, que estabelece a proteção da população civil, é uma melhoria completamente inovadora e constitui o maior sucesso da Conferência de 1949. Outro aperfeiçoamento decisivo da Conferência diplomática de 1949 foi a adoção do Artigo 3º comum às quatro Convenções, ou seja, o primeiro dispositivo legal internacional aplicável a situações de conflitos armados não-internacionais (BOUVIER, 2011, p. 20).

Em 1951, verificou-se no entanto, que o OIR não obteve o almejado êxito, uma vez que constatou-se o aumento de deslocamento de milhares pessoas para a Europa, além de ser evidenciado a diferenciação de propósitos entre o Oriente e Ocidente no que tange a este aumento e por esta razão sentiu-se a necessidade da criação de um outro órgão internacional que tratasse a problemática de maneira mais efetiva, uma vez que, entedia-se o problema como mais que emergencial, necessariamente imediato, logo diante o “velho” início da gigantesca crise humanitária inicia-se diversas convenção que venham a declarar os direitos dos apátrios, dentre elas a Carta Nações Unidas.

Considerando que a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral afirmaram o princípio de que os seres humanos, sem distinção, devem gozar dos direitos humanos e das liberdades fundamentais (CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1951, p. 01).

O Estatuto dos Refugiados de 1951 aborda que, em dezembro de 1949, a Assembleia Geral da ONU deliberou, por 36 votos a favor, 5 votos contra e 11 abstenções, criar o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) que inicialmente teria uma programação com duração de três anos sendo este iniciado, a partir de 1 de janeiro de 1951. Desta vez percebia-se a formação de um órgão subsidiário da Assembleia Geral nos termos do Artigo 22º da Carta das Nações Unidas, permitindo um sentimento de maior consolidação de ideia.

O estabelecimento do ACNUR consagrou uma nova fase no amparo internacional dos refugiados. Fundamentalmente, constatou-se a positivação internacional das fontes do Direito Internacional dos Refugiados, com a Convenção de 1951, atinente ao Estatuto dos Refugiados, e com o Protocolo de 1967, relativo ao Estatuto dos Refugiados, o que contribuiu para o início efetivo da sistematização internacional de proteção.

Em dezembro 1959, dez anos após a criação, o Estatuto foi aprovado com muitas divergências entre os EUA e os países ocidentais europeus em relação a este organismo remetendo consentimentos a ambos os lados. O artigo 1º do Estatuto vem assumindo as

funções de ser responsável pela proteção internacional aos refugiados, bem como, encontrar soluções permanentes para essa problemática, com obrigatoriedade de auxiliar os governos e dependendo de sua aprovação para facilitar o repatriamento voluntário dos refugiados ou a sua integração local em novas comunidades (ACNUR, 1950, p. 9).

Ainda segundo o ACNUR, o artigo 2º, traduz um caráter mais humanitário, uma vez que vem tratar da melhoria, qualidade de vida e integração dos refugiados como um todo. Em seguida, tramita-se no artigo 3º, que o ACNUR acompanha as diretrizes da Assembleia Geral, e opera como autoridade desta, bem como do Conselho Econômico e Social da ONU, afirmando que não há independência nos processos decisórios e no que tange ao processo de financiamento assegura-se no artigo 20 Alto Comissariado será financiado pelo orçamento das Nações Unidas. Salvo decisão posterior em contrário, por parte da Assembleia Geral, nenhum encargo com exceção das despesas administrativas poderia ser imputadas no orçamento, este fato foi primordial para benfeitoria do EUA já que o financiamento inadequado para todas atividades comportadas, sendo necessárias frequentes contribuições voluntárias sendo ele um dos maiores financiadores.

Observando o que afirma Galvão (2000), verifica-se que:

O primeiro valor substancial colocado à disposição do ACNUR não proveio dos governos, mas da Fundação Ford, nos Estados Unidos, que concedeu 3,1 milhões de dólares à Organização, em 1951. Este dinheiro foi usado num projecto piloto que, pela primeira vez, punha a ênfase na integração local nos países europeus como uma solução para os problemas dos refugiados. Até que, em 1954, foi criado um novo Fundo das Nações Unidas para os Refugiados (UNREF) destinado à realização de projectos em países como a Áustria, República Federal da Alemanha, Grécia e Itália. Os Estados Unidos contribuíram para este fundo, tendo anteriormente recusado financiar o ACNUR devido à decisão tomada pelo Congresso dos EUA, em 1950, de vetar a afectação de fundos norte-americanos destinados a qualquer organização internacional a operar atrás da Cortina de Ferro (GALVÃO, 2000, p. 24).

Em seguida, mais especificamente em 1951, foi preciso definir, internacionalmente, o eu viria a ser um “refugiado” através de um tratado internacional: a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Adveio uma alteração na qualificação do refúgio, visto que, até então, o reconhecimento do status de refugiado dava-se, unicamente, a partir de critérios coletivos, ou seja, conferia-se proteção apenas a membros de grupos perseguidos, logo assim, não se exigia comprovação da individualização da perseguição, fazendo uso apenas de aspectos relacionados a raça, religião, nacionalidade, opinião política e pertencimento a um grupo social, conhecido como *prima facie* (UNHCR, 2005, p.6).

Seguindo estes mesmo preceitos, o ACNUR vem a distinguir os conceitos primordiais de refúgios e suas caracterizações bem como diferencia-los de asilo, denominações estas de suma importância para a legalização dos apátrios nas nações

reassentadas. Desta forma assegurasse que a convenção de 1951 com vigor em 1954 dispõe que:

De acordo com a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados (de 1951), são refugiados as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa. Posteriormente, definições mais amplas passaram a considerar como refugiados as pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos (ACNUR, 2001).

Ainda conforme o ACNUR, antes da convenção de 1951, adotava-se como base a perspectiva social que por sua vez vigorou até meados da década de 1930, a ideia nesta fase seria a proteção a todas as pessoas afetadas por um evento político ou social, o que representou um grande avanço na proteção de indivíduos que perderam a proteção de sua nação de origem, fato encadeado devido a ascensão do nazismo na Alemanha em 1933, que por sua vez ocasionou perseguições políticas e étnicas.

Por sua vez o mesmo ACNUR aborda definições de diferentes situações em que os indivíduos perseguidos e que deixam seus lares em busca de situações mais propícias à vida. Segundo o órgão, refugiados refere-se a indivíduos que estejam fora de seu país de origem por motivo de perseguição e de atos de violência impostos pela violação de direitos humanos. Outra situação é a de solicitante de refúgio, que se enquadra ao indivíduo que ainda não o foi concedido, mas que já solicitou ser reconhecido como refugiado às autoridades competentes. Deslocados internos, é mais uma definição apresentada pelo ACNUR, que por sua vez o define como sendo pessoas que foram obrigadas a se deslocarem desde que não ultrapassem as fronteiras de seu país. Por fim existem os apátridas, caracterizam como sendo aqueles casos de indivíduos que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país.

Todas essas definições e situações supramencionadas surgem logo após a criação do Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, onde as observações advindas da Convenção de 1951, passam a ser inválidas. Desta forma, o Protocolo de 1967 torna-se o principal instrumento utilizado pelos países para considerar o surgimento de novas categorias de refugiados.

No Brasil, a concepção de refúgio é gerida pela Lei. 9474 de 1997, que por sua vez determina e interrompe a condição de refugiado, como também garante os direitos e deveres daquela população. Desta forma, por meio da Lei Brasileira de Refúgio, é considerado como refugiado todo indivíduo que sai do seu país de origem devido a perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, ou devido ao agravamento da violação dos direitos humanos no seu país de origem.

1.1 A REGULAMENTAÇÃO DO REFUGIADO NO BRASIL

No que tange a República Federativa Brasil, ocorreu aderência em 1960 com Convenção Relativa aos Direitos de Refugiados de 1951 e do Protocolo de 1967, adotando legislação específica no plano interno, Lei 9.474 de 22 de julho 1997, no qual defini os mecanismos que auxiliam diretamente na implementação do Estatuto dos Refugiados, estabelecendo critério para a concessão de título de refugiado no país.

No Brasil inicialmente a Igreja Católica detinha o poder de resguarda e proteção dos povos, no entanto, não possuía leis específicas em virtude de ter um movimento contrário aos demais países: ao invés de ter refugiados, os brasileiros eram que saíam do seu território justificados pelas décadas de duras práticas da ditadura militar. Averigua-se que os primeiros refugiados no Brasil foram de chilenos recomendados pelo Vicariato em Solidariedade do Chile na década de 70.

O cardeal, recebendo a carta, em abril de 1976, quando a ditadura no Brasil era ainda bastante intensa, pegou o telefone e ligou para o comandante geral do Exército. Mas não os denunciou nem pediu autorização para abrigá-los. Simplesmente comunicou ao comandante que, a partir daquele momento, a Cáritas do Rio de Janeiro passaria a acolher pessoas perseguidas do Chile, Argentina e Uruguai, assumindo o cardeal esse trabalho como responsabilidade pessoal e com recursos da própria igreja. (BARRETO; LEÃO, 2010, p.17).

Em 1980, após a ditadura militar, inicia-se a redemocratização do País e com ele o aumento significativo de refugiados principalmente de nacionalidade angolana, esse deslocamento massivo, dava-se em razão da guerra civil da Angola, permitindo averiguar a expressividade de origem africana. Retrata-se ainda, que essa aceitação brasileira deu-se principalmente por países receptores de refugiados como Estados Unidos da América (EUA) e países da Europa, como a França, recusaram-se aceita-los. Em 1982, por meio do elevado número de proteção do País e o ACNUR foi oficialmente aceito. No entanto, ao aderir à Convenção de 1951, assumiu o dispositivo da reserva geográfico tornando a consideração de status de refúgio cabível exclusivamente aos refugiados europeus, iniciando a discursão na busca de suspensão dessa reserva o que possibilitava o aceite de refugiados das mais diversas nacionalidades.

Após longas discursões e tentativas em 1989, por meio do decreto nº 98.602, a República Federativa do Brasil é excludente da reserva geográfica, e adere plenamente à Declaração de Cartagena de 1984:

A Declaração de Cartagena sobre Refugiados (1984) foi resultado dos encontros de representantes governamentais e especialistas de dez países latino-americanos em Cartagena de Índias, Colômbia, para considerar a situação dos refugiados na América Latina. Ela estabeleceu os conceitos básicos dessa questão no campo dos

direitos humanos e lançou o termo “violação maciça de direitos humanos” como elemento da definição mais ampla de refugiado. Na ocasião do décimo aniversário da Declaração de Cartagena, a Declaração de San José sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas (1994) forneceu mais uma compreensão inovadora acerca da proteção específica de deslocados internos ao afirmar que o deslocamento é causado principalmente pela violação de direitos humanos, reconhecendo claramente convergências entre os sistemas internacionais de proteção da pessoa humana e enfatizando sua natureza complementar (BARRETO; LEÃO, 2010, p. 01).

Perante o exposto assegura-se que a exclusão proporcionou um fluxo maior de refugiados, independentemente da origem dessas pessoas. Na prática, a Declaração de Cartagena vem sendo gradualmente incorporado na legislação brasileira uma vez que desde a Constituição do Brasil de 1988 quando observa-se que em seu primeiro artigo elenca subsídios basilares, como “a dignidade da pessoa humana”, e no terceiro artigo, delinea o objetivo fundamental do Brasil em “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No que tange a outros evidencia-se a utilização de termos como “a prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e a concessão de asilo político”, e “o direito igualitário perante a lei sem distinção e formas de discriminação”.

Em 1991, o Ministério da Justiça edita a portaria interministerial nº 394, com o dispositivo jurídico de proteção a refugiados, estabelecendo uma dinâmica processual para a solicitação e concessão de refúgio. Por esta razão foi denominada como sendo a primeira lei nacional a implementar um tratado de direitos humanos no Brasil de forma efetiva. Além disso passou a representar a lei latino-americana mais consensual já existente no tratamento dos refugiados nas Américas, por se tratar de uma alusão explanada a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, cominando que a Declaração seja utilizada como referencial ético em toda a sua interpretação.

A lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, vem definir mecanismos para a implementação do estatuto dos refugiados de 1951 e tomar outras providencias tornando-se o marco histórico. Por oportuno, nos termos do art. 1º, inciso I a III da Lei nº 9.474/97, considera-se refugiado todo indivíduo que:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Atina-se que, que a legislação nacional elegeu por uma acepção ampla do conceito de refugiado, bem como por criar um órgão nacional denominado de Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE para decidir sobre as solicitações de refúgios (art. 11 e seguintes). No que tange ao procedimento para concessão do refúgio, a Lei nº 9.474/97 cuidou-se de discipliná-los, especialmente nos artigos 17 a 28. Assim, é extraordinário destacarmos que para a concessão do refúgio há requisitos (de ordem internacional e interna) a serem observados, os quais, estando completos fazem com que a concessão do refúgio se efetive.

Desta forma, é o CONARE o órgão vinculado ao Ministério da Justiça composto por representantes da base governamental, da sociedade civil e da ONU, é responsável por analisar cada solicitação de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, sendo também de sua responsabilidade a deliberação da condição de refugiado bem como sua declaração da perda da condição de refugiado; orienta e coordena as ações de assistência e apoio jurídico aos refugiados e de aprovar a execução da Lei nº 9.474/97.

Salienta-se ainda que mediante expansionismo de leis vigentes, bem como, interesse público no auxílio para com estes indivíduos vítimas de fuga, o Brasil, desde 2014, bate recorde ao abrigar 2.320 refugiados de diversos países do mundo. Conforme o ACNUR este número refere-se ao triplo declarado em 2013 e ao mesmo tempo onze vezes maior que evidenciado em 2012, partindo-se desse pressuposto avalia-se claramente o crescimento de tais índices de maneira extremamente favorável principalmente quando compara-se ao contexto internacional.

Conforme CONARE as nacionalidades mais frequentes nos números supramencionados tangem aos Sírios e angolanos, além disso, há um aumento também o número de pedidos apreciados por reunião, ou seja, de produtividade representado por um salto de 33 solicitações por plenária em 2011 para 368 em 2014, o que permitiu a constituição de uma legalização rápida e precisa.

CAPÍTULO II

TERRITORIALIZAÇÃO, DESLOCALIZAÇÃO IDENTITÁRIA E RETERRORIZAÇÃO: A ATUAL CRISE HUMANITÁRIA NO MUNDO.

Uma distinção muito nítida entre diferentes formas de construção do território e/ou da territorialidade em relação a seus recursos, dependendo de fatores como tipo de mobilidade (HAESBAERT, 2004, p.56).

No atual cenário conjuntural o qual encontra-se todas as nações, tem-se observando gradativos aspectos que contribuem para movimentos sociais, políticos e econômicos cada dia mais acentuados, demarcando uma sociedade por meio de informações rápidas e precisas, um elevado desenvolvimento intelectual e tecnológico traduzindo um cenário de riquezas, enquanto, ao mesmo tempo, contradiz ao seu lado com uma realidade sombria e de lágrimas, uma verdadeira internacionalização de sentimentos que torna-se aparentemente comum a todos os povos.

Partindo-se desse pressuposto e analisando cuidadosamente tais características observa-se com clareza as várias vertentes de globalização no que tange a econômica, sociedade, política dentre outras. No entanto, todos têm sempre uma ideia basilar de teia, união, de uma espécie de padronização, seja de valores, costumes e até mesmo econômico/social. Alvarez (1999, P. 97) vem corroborar que:

Caracterizar um conjunto aparentemente bastante heterogêneo de fenômenos que ocorreram ou ganharam impulso a partir do final dos anos 80 - como a expansão das empresas transnacionais, a internacionalização do capital financeiro, a descentralização dos processos produtivos, a revolução da informática e das telecomunicações, o fim do socialismo de Estado na ex-URSS e no Leste Europeu, o enfraquecimento dos Estados nacionais, o crescimento da influência cultural norte-americana etc. -, mas que estariam desenhando todos uma efetiva 'sociedade mundial', ou seja, uma sociedade na qual os principais processos e acontecimentos históricos ocorrem e se desdobram em escala global (ALVAREZ,1999, p. 97).

Para Hirst e Thompsom (2002) averígua-se a globalização como verdadeiros processos que possui capacidade de interconexão internacional, sendo tais laços responsáveis diretos pelo fluxo de comércio, investimentos e comunicação fluente entre todas as nações, ainda na mesma linha de raciocínio Ohmae (1996, p. 05) denota a perda de papéis individuais abrindo um expansionismo entre as fronteiras, praticamente instinguindo qualquer tipo de subdivisão, deixando de ser unidades passando para um plano maior.

Averiguando todas as definições supramencionadas, quando se trata de problemas sociais e possíveis políticas públicas busca-se analisar cuidadosamente a diversidade nesta gigantesca teia. Em um único cenário tem-se dois lados: um rico caracterizado por excelente condição de vida, e outro com uma realidade obscura, apresentando aspectos de vida totalmente desfavoráveis ocasionando avassaladores efeitos colaterais que possuem capacidade de alastrar-se por todas as nações, a exemplo, o refúgio.

Unido a este cenário, faz-se necessário destaque no que tange a alta propagação de informação. Atualmente encontra-se no mercado inúmeros meios tecnológicos que permite unir não apenas pessoas, mas as noções inteiras, do modo a provocar um anseio de não haver

fronteiras mas há simplesmente “apenas um grande país”. No entanto, enfatiza-se que este sentimento não era presente em décadas atrás, uma vez que, ao acontecer fato em outro continente por diversas vezes não era propagado em virtude de ausência de informações o que não ocorre hoje, temos um sistema informacional de ponta permitindo conhecer os acontecimentos em tempo real, assim, torna fidedigna a emoção de escassez com relação aos espaços geográficos e físicos, tornando uma sociedade da informação (SI), conforme apontam Mnemosyne e Fróes Burnham (2003).

Santos (2000), corrobora ainda que, o cenário mundial até então totalmente divisível e praticamente sem interrupção informacional passa a configurar-se em um espaço unipolar, ou simplesmente aldeia global, presumindo o encurtamento do tempo e do espaço. Partindo-se desse entendimento, verifica-se com clareza que este “encurtamento” possibilitou a exploração das relações riqueza e pobreza, poder e subordinado, tornando-se inevitável a discursão no que tange a desterritorialização presente principalmente nas nações do Oriente Médio.

No que se refere à desigualdade social, Bussmann Margit e Oneal (2005), assim como Solimano (2001), corroboram que o processo de globalização não prova disparidade no desenvolvimento econômico/social. No entanto diversos outros estudam defendem a existência de um efeito negativo da globalização sobre a desigualdade, partindo-se do pressuposto de que o capitalismo tende a provocar uma relação de poder conseqüentemente há crescente e ilimitada desigualdade, em conformidade com Heshmati e Lee (2010); Dreher e Gaston (2006) e Goldberg e Pavcnik (2007).

Ao observar o contexto histórico, verifica-se com clareza que sempre existiu a preocupação dos indivíduos buscarem habitar territórios que lhes proporcionem melhores condições de vida, ou simplesmente uma maior zona de conforto, principalmente no que tange a possibilidade de uma vida mais tranquila, no entanto, nem todos os países possuem esta capacidade, seja por questões políticas, religiosas ou sociais, seria o que podemos entender como evasão de território.

Segundo Haesbaert (2005) ao analisarmos a multiterritorialidade na qual encontra-se no cenário globalizado, faz-se necessário inicialmente abranger a diferença entre território e territorialidade. O significado de território nasce de uma dupla conotação, sendo esta ao mesmo tempo material e simbólica, uma vez que etimologicamente falando aparece tão próximo de terraterritorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), assim permite-se afirmar possui vertente com dominação da terra ao observar o viés jurídico-política, quanto a inspiração de terror, medo, principalmente no que tange aqueles que ao remeter-se a

dominação tornam-se alijados da terra, ou são impedidos de entrar no território, paralelamente assegura-se que analisando o aclave extensão, para os indivíduos que detêm a prerrogativa de usufruí-lo, o território inspira uma identificação pessoal absorvendo costumes, cultura e valores resultando em uma transmissão de efetiva apropriação, justificando assim, a razão de ser tão difícil abandonar seu lar na busca de um outro lugar.

O autor ainda corrobora afirmando que é possível identificar território como relação de poder, porém não limitando ao poder político, mas sim no sentido mais concreto de dominação, de resguardar uma apropriação.

Para Sack (1986) refere-se à territorialidade como sendo um componente de poder, no qual, não se limita em haver uma relação de criar e manter a ordem, mas sim, em um sentido mais amplo. Pode ser visto com uma verdadeira estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico possibilitando experimentar diversas faces do mundo denotando significado para cada uma delas. Harvey (1992), por sua vez assegura que a assimilação do espaço retrata a forma como ele é ocupado seja por objetos, atividades, indivíduos, grupos, costumes, valores e cultura.

Partindo-se de todas as averiguações no que tange as questões de território constatou-se que principalmente com relação aos refugiados, tem-se uma terminologia pertinente: deslocalização identitária (*displacement of identity*) remetida por Warner (1999, p. 412), no qual assegura que globalização não aboliu as identidades dos refugiados em relação aos seus lugares de origem, uma vez que estes indivíduos refletem uma tendência global das pessoas que não mais se identificarem mais com os seus lugares, seria o que Virilo (1993) assume como desratização. Nesta mesma linha de pensamento, Haesbaert (2002), retrata que não é possível afirmar que as pessoas estão perdendo o vínculo relacional e de identidade com seus lugares, mas que, há readaptação tornando-os múltiplas assim como acontecer com as há uma verdadeira redefinição identitária, histórica e relacionais expressando dessa maneira a multiterritorializadas.

2.1 TERRITÓRIO, MOBILIDADE E REFUGIADOS

A pesquisa sobre os refugiados apresenta-se como um tema desafiador para o geógrafo por relacionar dois conceitos-chave e suas derivações: os conceitos de território e mobilidade, os quais, conforme já evidenciados por Haesbaert (2016) e Souza (1995), ensejam duas grandes armadilhas: o território como única modalidade de poder e a uma única escala geográfica.

No primeiro caso sustenta-se o entendimento que os refugiados imprimem a evidência da relação de poderes de diferentes setores: o Estado (como agente regulador), as Organizações Não-governamentais (que se imbuem do compromisso da defesa dos direitos humanos desses agentes), da sociedade (cuja relação cotidiana com os migrantes refugiados imprimem trocas de relações socioculturais) e, principalmente, dos próprios refugiados que se apropriam do espaço influenciando em novas territorialidades.

No segundo caso as pesquisas são direcionadas ao entendimento dos deslocamentos espaciais desses sujeitos sociais observando-se suas origens e mobilidades até se chegar no espaço no qual passa a habitar uma vez que concordamos com as considerações de Haesbaert (2004, p.56) quando este considera existir “uma distinção muito nítida entre diferentes formas de construção do território e/ou da territorialidade em relação a seus recursos, dependendo de fatores como tipo de mobilidade”.

A reflexão sobre território (espaço no qual se evidenciam relações de poderes distintas e complementares) e mobilidade (prática espacial de circulação sobre o território a partir da produção de territorialidades) remete a necessidade de inclusão do próprio significado de fronteiras (materiais ou culturais), embora esta última não tenha sido tomada como objeto de análise nesta pesquisa uma vez que a área objeto de estudo obriga-nos ao distanciamento deste debate. A lembrança a esta concepção sustenta-se apenas no fato de que os refugiados são considerados por materializarem movimentos migratórios (em sua maioria clandestinos) pautados na superação de limites territoriais estabelecidos conforme já defendido por Sack (1986 *apud* SAQUET, 2004, p. 124).

Sack (1986), referência também obrigatória em estudos sobre o território, destaca a dimensão política e o simultâneo papel das fronteiras na influência de uma ou mais pessoas sobre outras, na definição da territorialidade como estratégia de dominação. Para Sack, a delimitação de uma área se torna um território quando alguma *autoridade* a usa para influenciar, moldar ou controlar atividades e indivíduos, sendo que esta *autoridade* pode estar fora da área/território.

O fato é que o debate sobre os territórios produzidos pelos refugiados estrutura-se na análise dialética entre diferentes relações do poder destituída de uma visão naturalista de território (“elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar) ao fundamenta-se numa visão cultural do território concebida como espaço de relações dos indivíduos (SPOSITO, 2004). No Primeiro caso observa-se o entendimento de que os refugiados são sujeitos sociais desterritorializados do espaço natural (por motivos econômicos, políticos, bélicos, etc.) e reterritorializados em outros espaços

(territórios) no qual se evidenciam relações culturais, sociais, políticas e econômicas diferentes das evidenciadas no seu País de origem.

Partindo-se do pressuposto conforme Convenção de 1951 afirma-se que os refugiados correspondem a indivíduos forçados a fugir de seus lugares de vivência, em virtude de conflitos armados, raça e/ou etnias, religião, nacionalidade, grupo social e opinião política, que passam a comprometer diretamente o risco de vida, e por esta razão sentem-se obrigados a buscarem outros Estados, em procura de proteção e reconstrução de suas vidas, laços, bem como, ressignificar seus sonhos construindo novos caminhos.

Mediante o exposto, evidencia-se com clareza que o enorme contingente de refugiados distribuídos nas mais diversas regiões do mundo traduz não exclusivamente em uma simples e hipotética problemática, mas em uma colossal crise humanitária que desafia toda a população internacional, sentindo-se dessa maneira a necessidade imediata de uma tomada de decisões que venham a proporcionar providencias de modo que estas tentativas reduzam ao máximo um sofrimento imensurável e proporcione condições de reconstrução de uma vida digna.

Sabe-se, no entanto, que ao refugiado tomar a decisão de abandonar seu lugar de origem partindo para outra nação, ao conseguir chegar nesse novo território, uma vez que muitos deles padecem antes mesmo do fim, ficam totalmente a mercê de três conjunturas, no qual alguma delas provavelmente acontecerá.

A primeira refere-se à *repatriação* voluntária evidenciada quando o país receptor não o aceita e imediatamente deporta-o para sua nação de origem. A repatriação é considerada a alternativa mais difícil e não admissível para o refugiado, porém, nas diretrizes do ACNUR é a mais aceitável e desejada, uma vez que acredita-se que o sentimento natural do ser humano é retornar para o lar que sempre viveu, encontrando nele suas origens, valores e culturas, além dos familiares que lá ficaram ao partir, logo seria o melhor lugar para se viver, no entanto, ao observar as razões que o fizeram sair entende-se que na prática esse retorno não seria viável na reconstrução de uma vida melhor uma vez que as razões da “fuga” ainda existem, logo praticamente anula-se a possibilidade de readaptação (ANDRADE, 1996).

A segunda hipótese refere-se ao *reassentamento*, ou seja, quando o país receptor alega a não possibilidade de aceitação e acolhimento alegando diversos motivos, sendo o mais provável, a relação com questões terroristas que amedrontam a população mundial. Além disso averígua-se que há nações com problemas pátrios bastante relevantes, como por exemplo, o relacionamento político e religioso da Síria e Israel, logo quando um indivíduo refugia-se em outro claramente haverá riscos de vida em virtude de uma readaptação

impossível com a população local. Partindo-se desse entendimento, os governantes da nação entendem que não há possibilidade de mantê-lo em seu território e deportam o indivíduo para uma terceira nação que “provavelmente” o aceitará. (ANDRADE, 1996).

Por fim, a terceira e última alternativa pode ser denominada como, *integração local*, trata-se do acolhimento da nação receptora que provavelmente proporcionará conforme suas leis a detenção de estado de refúgio ao indivíduo, e por isso, entende-se que este provável solucionamento barganha de maiores possibilidades de uma reestruturação de vida, uma vez que, forma-se a partir da aceitação da nação um elo de parceria com o ACNUR e por sua vez, passa a auxiliar o País receptor a tomar providencias que venham a desempenhar um relevante papel de integração social com a comunidade local. Nesta última alternativa de solução, evidencia-se como sendo a que mais possibilita condições de reestruturação para a vida do refugiado. No entanto, é necessário esclarecer que mesmo tendo maiores possibilidades de sucesso, esta alternativa não extingue possíveis dificuldade de adaptação principalmente no que tange a cultura e valores. (ANDRADE, 1996).

Na primeira situação tem-se a territorialidade dos indivíduos migrantes negada pelo País receptor existindo, portanto, uma **desterritorialidade virtual** limitada pela relação espaço-tempo. Na segunda, observa-se a existência de **territorialidades múltiplas** sendo a mobilidade o principal procedimento de análise das práticas territoriais dos sujeitos migrantes uma vez que os mesmos não adquirem direitos de fixarem-se no local escolhido. Finalmente, observa-se uma **territorialização condicionada** uma vez que o direito de conquista passa a depender das relações de poderes entre os sujeitos envolvidos sendo o fator cultural a principal barreira de adaptação.

2.2 DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO DOS REFUGIADOS

Diante o contexto atual no que se refere a crise humanitária que alastra-se pelo mundo, averigua-se que há frequentemente e ilimitada desterritorialização em virtude principalmente das guerras justificadas por impasses religiosos. Este êxodo remete diariamente uma enorme massa humana que sem qualquer condição de sobrevivência enfrentam um longo percurso por terras e mar em busca de um novo lar, de uma reterritorialização que possibilitem o encontro com uma vida mais digna mesmo que para isso seja preciso deixar toda sua família para traz.

Cotidianamente os meios midiáticos propagam os ameaçados pelos conflitos aceitando atravessar principalmente o mediterrâneo em busca da tão sonhada salvação mesmo

que para isso tenham plena consciência que pode ser mortal, um verdadeiro suicídio coletivo, no qual a desmotivação de vida alastra-se de uma maneira que não há outra alternativa entre a fuga e a morte no seu lugar de origem.

Na tentativa de fuga desta situação, milhões de pessoas, que em um claro momento de desespero se veem acudadas e inseguras ao ponto de muitas vezes se lançam abandonando assim o conforto de seus lares, sua liberdade de ir e vir nos lugares onde viveram toda sua vida, onde se relacionam e criaram identidade, deixando de lado familiares, trabalho e, em alguns casos, boas condições de vida para recomeçar do zero. Estas pessoas se veem, automaticamente, diante de árduos desafios diários, especialmente no que diz respeito à cultura e se “jogam” na incerteza e na esperança de dias melhores em busca de novos territórios, novos lugares, novos continentes. Essa “fuga” em massa advinda de diversas partes do mundo alimenta a cada dia a atual e maior crise humanitária já vista no mundo.

Nos últimos dias, mais especificamente em setembro 2015, uma imagem que comoveu todo mundo, era Aylan Kurdi, um garoto sírio que transformou símbolo do drama dos refugiados. (Figura 01).

Figura 01: Aylan Kurdim, símbolo do drama dos refugiad



Fonte: ACNUR, 2015.

Uma imagem de sentimento imensurável unido a uma ótica de pretextos que visam justificar tamanho êxodo, ou simplesmente a busca incansável por respostas e solucionamento para uma realidade tão cruel. Surge então o respeitável grupo de indivíduos que trabalham a procura de proteção dos direitos, por uma legislação coerente, demarcado a figura do refugiado com uma alta vulnerabilidade, passamos então a entender que este fenômeno que acicata ver esta “ajuda” com uma compulsão de caráter humanitário apontando pela reconstrução de vidas, decorrente das difíceis condições que sucedem à fuga de seus Estados-origem, seria a reterritorialização necessária para um possível novo lar, no qual, seja ajuda seria impossível alcança-lo.

As questões relacionadas aos refugiados transpõem a limitação de fronteira territorial, uma vez que, ao observar as tendências mundiais sobre direitos fundamentais, a discussão se torna forçosa no âmbito global em virtude da expansão da crise humanitária. Observa-se que além das necessidades básicas que precisam ser supridas de maneira imediata e emergencial, averígua-se a indispensabilidade por medidas que possibilitem as condições necessárias ao futuro desses grupos, uma vez que abandono pátrio sejam por razões de segurança e manutenção da própria vida ocasionam o aparecimento de inúmeros instabilidades, sejam a curto e em longo prazo. Assim, a colaboração internacional se faz, portanto, necessária para afiançar a proteção dos indivíduos em prol de salvar vidas e/ou preservar suas liberdades.

No que tange aos obstáculos enfrentados pelos refugiados inicialmente encontra-se a legalização da situação de refúgio. Evidencia-se que nem todos conseguem a carteira de identificação, logo recorrem ao visto humanitário e ao não alcançar o sucesso almejado são deportados para seus pais de origem ou para outros pais que a nação receptora tenha como confiável e com provável aceitação.

Infelizmente não há apenas esse empecilho, retrata-se que estes indivíduos passam por grandes dificuldades em garantir moradia, educação e saúde, uma vez que entende-se que para utilização de órgão governamentais é necessário identificação e até inicialização do processo não se pode fazer uso das atribuições, reitera-se ainda que diferentemente de refúgio, os solicitantes de visto humanitário não possuem capacidade de receber auxílio financeiros governamentais o que dificulta ainda mais uma readaptação de vida.

As maiores dificuldades com relação a educação é que não há claramente na jurisdição a exposição de leis e decretos que venham a garantir este direito, dessa maneira muitas vezes é difícil encontrar um aceite de instituições públicas. Para os auxílios financeiros, o mais procurado refere-se ao Bolsa Família e o auxílio moradia, que vem

baseado no entendimento que os recursos financeiros vêm a reduzir consideravelmente a fome e a falta de moradia, porém também não há uma legislação vigente que venha a acobertar os refugiados a conseguirem uma moradia própria, há a emissão e regularização documental, porém, não há leis específicas.

Reitera-se que mediante tantas dificuldades retrate-se que a Xenofobia é um gigantesco problema em meio as demais encontradas representada pelo preconceito contra os imigrantes o que por diversas vezes torna-se justificativa de uma não aceitação social.

CAPÍTULO III

REFUGIADOS: RELAÇÃO A PARTIR DAS ENTREVISTAS.

*Que se abra a estrada da paz
a quem foge do terror
que lhe plantaram na rua.
Que se acolha num chão seguro
a quem armadilharam o chão de medo.
Que se aconchegue num afago
a quem o mar bondoso
não depositou inerte e frio no areal...*

(João Luís Dias, 2015).

Nesta seção é descrito os principais desafios enfrentados por participantes de grupos humanitário, bem como, refugiados em busca de identificar aos os principais obstáculos na reterritorialização e realocação identitária na cidade de João Pessoa – PB, compreendendo em uma narrativa que se inicia nos primeiros contatos, até as principais provocações por eles vivenciados.

A escolha dos sujeitos para participação nas entrevistas se deu por meio das características pessoais e pelo conhecimento do universo a ser pesquisado, sendo estes, convidados de forma intencional, salientando-se ainda a disparidade no que diz respeito ao nível de experiência que convivem com a temática.

Desta forma, foram convidados representantes de cada perspectiva analisada: pessoas que trabalham/estudam/pesquisam sobre os refugiados analisando seus objetivos, justificativas e visões no que se refere ao objeto de estudo deste trabalho; e pessoas que se encontram em situação de refúgio.

No que tange o roteiro das entrevistas, o mesmo foi realizado apoiado em questionamentos que fossem respondidos alcançando o que se deseja averiguar, preocupando-se com respostas mais instintivas ou que fugisse da temática. Sendo assim, foram elaboradas perguntas que direcionassem os entrevistados a produção de um discurso que não houvesse nenhum tipo de influência do entrevistador pesquisador.

Como o tema e o objetivo do trabalho é a compreensão dos desafios encontrados pelos refugiados no que diz respeito à inclusão social na cidade de João Pessoa – PB, foram elaborados dois roteiros de perguntas para as entrevistas, o primeiro, direcionado para os pesquisadores e cuidadores dos refugiados (Apêndice 02) e o segundo com os próprios refugiados (Apêndice 03).

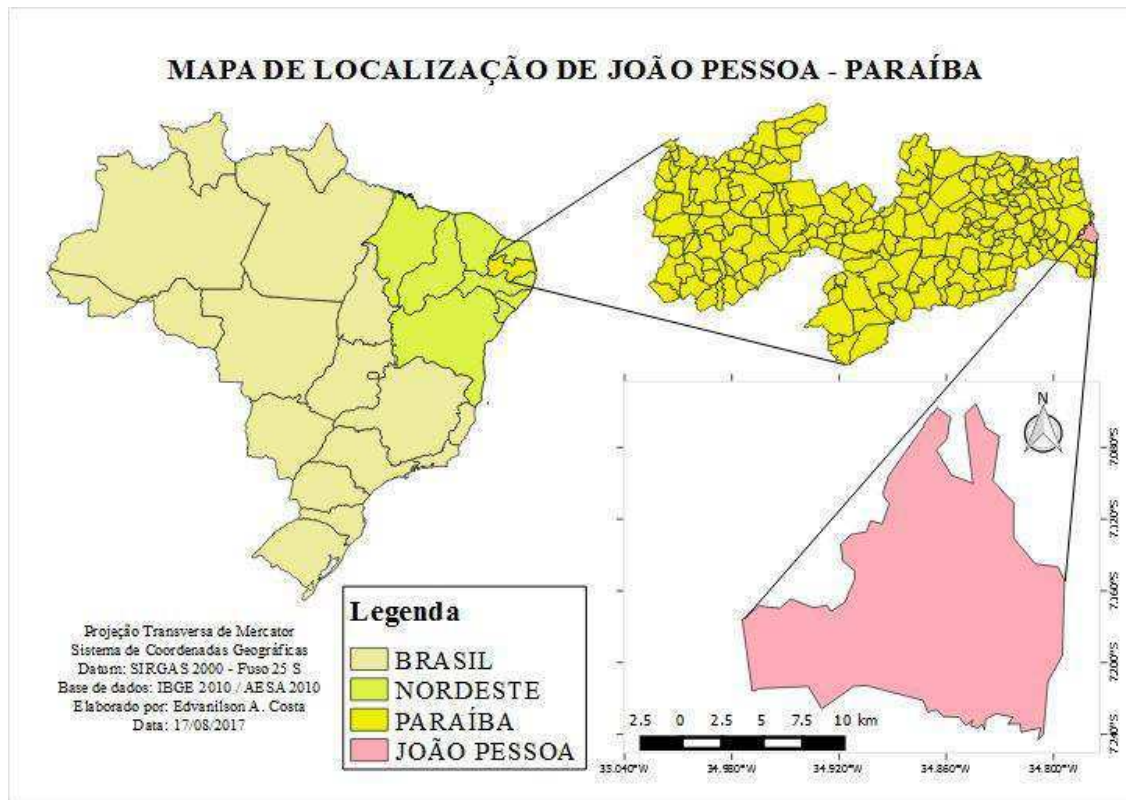
Salienta-se que no momento das abordagens para realização das entrevistas, em ambos os casos foram oferecidos aos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (Apêndice XX), que por sua vez foi preenchido cumprindo assim aos preceitos da Resolução 966/2012 que rege o Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) (Anexo 03).

O local que foi realizada as entrevistas foi escolhido e cedido por um dos entrevistados, sendo este um local que garantia a privacidade e conforto para a qualidade das mesmas, sendo realizadas no Auditório Azul do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foram utilizados os seguintes materiais: gravador de voz, papel e caneta para transcrição literal das ideias centrais dos discursos dos entrevistados, tais materiais por sua vez foram previamente preparados.

3.1 CAMINHOS PERCORRIDOS

A escolha do recorte territorial se tratar da cidade de João Pessoa é explicada pelo fato da não comprovação de refugiados residentes na cidade de Campina Grande. Ressalta-se ainda que a motivação maior para a opção da escolha da cidade, refere-se ao fato da existência de grupos sociais voltados a estudos sobre essa temática.

Figura 02: Mapa de Localização de João Pessoa.



Fonte: ALVES, 201

Desta forma, João Pessoa foi fundada em 1585, às margens do rio Sanhauá. Inicialmente, seu centro urbano manteve-se afastado do oceano como método de defesa à ataques e para estimular à cultura da cana de açúcar, que por sua vez apresentava-se em expansão no século XVI. Diferentemente de muitas outras cidades brasileiras, João Pessoa já nasceu cidade, ou seja, não passou pela condição de vila ou distrito.

Foi primeiramente chamada de Nossa Senhora das Neves, em homenagem ao santo do dia, e, posteriormente, Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em homenagem ao Rei da Espanha D. Felipe II.

Apenas em 1930, a capital recebeu o nome de João Pessoa, como forma de homenagem ao Governador do Estado assassinado em Recife no dia 26 de julho do mesmo ano, durante campanha política.

João Pessoa é conhecida mundialmente como a cidade onde Sol nasce primeiro nas Américas devido ao fato de no município estar localizado a Ponta do Seixas, ponto mais oriental das Américas, o que faz a cidade ser conhecida como o lugar.

A fim de alcançar o objetivo geral da presente pesquisa, observa-se em termos metodológicos, que o referido estudo, faz referência a sua natureza como sendo uma investigação qualitativa, abonado pelo fato da não utilização de modelos estatísticos como instrumento de coleta e análise dos dados, o que permite uma compreensão mais detalhada de significados, características e particularidades situacionais apresentados pelos entrevistados, presume-se tais aspectos tornam-se como fatores fundamentais no real entendimento do cenário analisado, o que não seria possível identificar na natureza quantitativa (RICHARDSON, 2009).

Segundo Bogdan e Biklen (1994), os pesquisadores que direcionam seus estudos com uma abordagem qualitativa, aponta diagnosticar como diferentes aspectos possibilita proporcionar um verdadeiro sentido à determinada realidade. Entende-se, dessa maneira, que buscar essa abordagem é na realidade preocupar-se em apreender, de forma adequada, a perspectiva dos participantes sobre o fenômeno investigado. Portanto, afirmar-se que o objetivo da pesquisa neste paradigma é de compreender a riqueza dos significados, por meio da interação entre o pesquisador e pesquisado, visando à construção de uma descrição ou explicação de determinado fenômeno.

As observações realizadas permitiram analisar os sujeitos em seus atuais espaços de modo a identificar as reais inteirações entre ele e o cotidiano vivenciado, uma maneira de geografização das representações dos sujeitos, tais parâmetros encontrados, foram de suma importância na identificação emocional dos desafios mais pertinentes.

Tendo em vista estes litígios, a presente pesquisa optou por realizar a investigação por meio de estudo de múltiplos casos descritivos, uma vez que possibilita a promoção do pesquisador obter maior conhecimento sobre o tema e o problema analisado por intermédio de um contato maior com os participantes. A fim de atender este anseio, averiguou-se a necessidade de divisão grupal, ou seja, passa-se a entender que deve haver duas vertentes a serem diagnosticadas: os participantes dos grupos humanitário (cuidadores) e os refugiado, promovendo uma ampla visão dos obstáculos vivenciados. Permite-se dessa maneira, afirmar que a referida análise detém o anseio de ser conclusiva, uma vez que, objetiva descrever com

máximo de detalhes os principais desafios vivenciados pelos refugiados e pelos cuidadores no que tange a inclusão social (MALHOTRA, 2005).

Retrata-se que na constituição metodológica evidencia-se a utilização do procedimento de escola dos sujeitos, a elaboração de perguntas, preparo do ambiente e a forma de abordagem dos sujeitos entrevistados (LEFÊBVRE; LEFÊBVRE, 2005)

A motivação para realização dessa pesquisa se deu pelo interesse em evidenciar as verdadeiras razões de refúgios, bem como, estes indivíduos passam a sobreviver em um território totalmente desconhecido, destacando as necessidades de apoio e utilização de serviços e programas sociais, uma vez que muito se fala da crise humanitária, porém, pouco se propaga como se dar a vida após uma regularização de um refúgio.

Ao observar que a problemática discutida tem-se o impacto da extensão territorial na qual alastra-se justificando a impossibilidade de análise da sua totalidade, por esta razão, teve-se a preocupação de afunilar a pesquisa de modo a analisar apenas o estado da Paraíba com foco na cidade de João Pessoa. A escolha pela cidade foi intencional e não probabilística, justificada pela aproximação territorial com o pesquisador, bem como a referência de destaque no aceite e apoio a os referidos indivíduos do Estado.

Mediante todas as informações supramencionadas, a referida pesquisa iniciou com busca por periódicos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES- publicações no google acadêmico, em bibliotecas e revistas acadêmicas. No entanto, observou-se que a maioria das publicações remete-se a revisões bibliográficas e discursões das legislações vigentes, não sendo este o foco da presente pesquisa, mas auxiliou diretamente na construção de um contexto histórico e ao mesmo tempo passou a admitir a quase inexistência de estudos no que se refere-se o pós regulamentação de refúgio, sendo este a primeira limitação da presente pesquisa.

Em seguida, busca-se por grupos de apoio humanitários no Estado, que venham a prestar informações sobre o cotidiano destes indivíduos, logo verificou-se a existência do Projeto João Pessoa Solidária, Projeto de Arquidiocese da Paraíba com participação ativa da pastoral dos migrantes, localizada na cidade de João Pessoa/PB.

O primeiro contato deu-se por meio de telefonema, número disponibilizado pela Arquidiocese, no qual foi solicitado contato via e-mail o que facilitou as conversas e o envio da documentação que comprovasse a seriedade da pesquisa. O primeiro e-mail foi enviado no dia 14 de setembro de 2016, para a Cúria, a Central das Pastorais e a Secretaria de Comunicação, almejando esclarecer inicialmente o que era a pesquisa e o interesse de participação deles como objeto de análise, fator primordial para aceitação. Em seguida,

iniciaram os telefonemas com a secretária da coordenação das pastorais da Arquidiocese, que logo afirmou não possuir informações sendo necessário entrar em contato com o padre responsável pela pastoral dos migrantes. Ao entrar em contato, o vigário afirmou que por tratar-se de assuntos com esfera não apenas social, mas sim questões jurídicas de âmbito e tratados internacionais, todas as informações a serem prestadas deveriam ser declaradas pela responsável do setor judicial do referido Projeto, o Entrevistado I, representante legal dos processos legais e cuidadora pessoal dos refugiados e solicitantes atendidos pelo projeto.

Inicialmente fez-se contato por redes sociais, e-mail e telefonemas na tentativa de apresentar o projeto de pesquisa em questão, uma vez que já era previsto a não disponibilidade de informações em virtude do receio de publicação de informações sigilosas, bem como no prejudicar de vistos humanitários e solicitação de refúgio em processos, afirma-se ainda que desde o início da pesquisa identificou-se como um dos maiores limitadores o receio de falar sobre o assunto. Averiguou-se ainda que por tratar-se de um tema tabu, assim como a alta propagação nos meios midiáticos há uma preocupação entre os cuidadores em não expor os indivíduos solicitantes por medo de serem deportados antes mesmo se conseguir autorização de permanência e/ou aloca-los em cenário de preconceitos, constrangimento e até mesmo risco de vida, afirma-se ainda que não houve em momento algum colocação clara de tais preocupações mas de maneira oculta havia sempre uma indisponibilidade de informações no que tange principalmente ao contatos diretos com os indivíduos, justificando dessa maneira a necessidade de total esclarecimento dos motivos que levam a construção da pesquisa, a finalidade acadêmica da mesma, bem como documentos comprobatórios do docente, discente e da instituição educacional responsável por futuras publicações. Diante disto, apresentamos o TCLE que, segundo a Resolução 466 / 2012 do Ministério da Saúde, corresponde a um documento essencial do sujeito a um documento essencial a preservação do sujeito pesquisado.

Em seguida, após o reconhecimento das dificuldades descritas acima sentiu-se a demonstração de confiança da professora sinalizando uma entrevista que seria realizada em sua residência na cidade de João Pessoa / PB, no dia 17 de novembro de 2016, o que permitiu o primeiro contato mais próximo com o projeto João Pessoa Solidária.

Averiguando como principal limitador da pesquisa o medo e tabu da temática, sentiu-se a necessidade de um roteiro de entrevistas em busca de alcançar o máximo de subsídios, bem como elucidar que não havia qualquer intenção de denúncia e/ou exposição midiática, afirma-se ainda que este primeiro encontro teve-se como principal foco investigar o projeto de uma maneira ampla, conhecendo quais são os personagens envolvidos, as parcerias existentes,

os programas de apoio, ter-se uma ideia de quantos refugiados existiam na Paraíba, identificar a vivência os solicitantes de refúgios, averiguar a existência de outros grupos de apoio no estado, como dar-se o processo de vistos humanitários, os motivos que levam a escolha de “para onde fugir” e o maior índice de nacionalidade originária de fuga.

No decorrer da entrevista sentiu-se claramente a construção de uma confiança e consequentemente passou-se a conseguir informações pessoais como por exemplo sua nacionalidade e que a mesma chegou ao Brasil como refugiada quando criança, o que justifica seu total comprometimento na temática. Registrou-se neste momento a expressão “*o contato com os imigrantes é muito difícil*” uma vez que inicialmente ao chegarem em território brasileiro eles não conseguem identificar órgãos que possam ajuda-los. Eles têm medo de serem deportados para sua nacionalidade ou até mesmo para outros países, as condições físicas são muito vulneráveis, apresentam grandes problemas de saúde, e moléstias que muitas vezes os levam a morte. O medo por represália, preconceitos e risco de vida, os fazem por diversas vezes “sumirem” da sociedade e apenas muitos dias após sua chegada buscam por ajuda.

Ao chegarem nos projetos de apoio, principalmente os religiosos, os cuidadores passam a ter uma preocupação ainda maior, o de proteção, uma vez que os indivíduos registram neles uma alta confiança e a não exposição é fundamental até a regularização do refúgio. Constate-se ainda que nem todos conseguem o a situação de refúgio, iniciando então a batalha por um visto humanitário. A diferença encontra-se principalmente no que tange a programas de auxílio governamental, os detentores de visto humanitário, não possui qualquer tipo de auxílio financeiro dificultado ainda mais a construção de uma nova vida.

Partindo-se desta entrevista, aponta-se a continuidade de uma comunicação mais fluente, uma vez que a professora passou a detalhar mais informações no que tange ao projeto bem como proporcionou o convite para a participação do grupo de pesquisa e extensão GT MIGRAÇÕES e DH da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No entanto, como as reuniões eram semanais, teve-se a indisponibilidade de participação presencial, porém, passou-se a ter discursões virtuais e disponibilização das mais recentes publicações da temática, ressalta-se ainda que tal fato foi extremamente importante uma vez que o grupo era formado por diversas áreas do direito, relações internacionais e participação direta da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A professora ressaltou ainda a necessidade de busca de informações no Departamento de Polícia Federal (DPF), órgão que provavelmente teria informações mais precisas do quantitativo de refugiados legalizados, solicitantes de refúgio e visto humanitário,

assegura-se ainda que este é órgão federal responsável pelo acompanhamento, guarda, regularização e emissão da Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), conforme lei vigente 9.474, de julho de 1997, art. 6º:

Art. 6º O refugiado terá direito, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, a cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, carteira de trabalho e documento de viagem.

Partindo-se desse entendimento, foi necessário dirigir-se pessoalmente ao DPF localizado da cidade de Cabedelo / PB, no entanto, depara-se com as exigências no que diz respeito ao esclarecimento de quaisquer informações, impossibilitando qualquer divulgação de dados que não passasse por um processo de solicitação por meio de um pedido formal e protocolado que por sua vez descrevendo dados do solicitante e as razões pelas quais solicita-se a obtenção de tais dados, (Apêndice 01). A burocracia justifica-se por medidas cautelares e protetivas aos indivíduos que se encontram em situação de refúgio.

Entendia-se neste momento que tais dados seriam cruciais para adquirir subsídios que auxiliassem a compreensão e entendimento concreto do cenário paraibano, porém após sete meses desde a entrega da solicitação, foi recebido um telegrama no qual informava o não reconhecimento de tais informações solicitadas exonerando qualquer tipo de dados e informações adicionais corroborando para limitação da pesquisa.

Durante os meses de espera, declara-se uma atuante carga de leitura permitindo identificar os pesquisadores mais atuantes no que tange a temática estudada, dentre eles, torna-se possível afirmar que o primeiro entrevistado é docente do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Ressalta-se sua importância no que tange a pesquisas inovadoras principalmente com relação a revisões bibliográficas, no entanto, possíveis identificar a não atuação direta com indivíduos refugiados ou solicitantes. Partindo-se desse pressuposto iniciaram as inúmeras tentativas de contato sem obtenção de êxito.

Mediante participação ativa no grupo de pesquisa, foi possível participação no evento III Seminário em Celebração ao Dia Mundial do Refugiado, 20 de Junho do corrente ano, na cidade de João Pessoa – PB, ofertado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) organizado pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais (NEPDA), do Curso de Relação Internacionais, conforme cartaz, anexo 01. Neste momento seria a oportunidade de conhecer tanto refugiados quanto pesquisadores, além de estudantes imigrantes e que são ou convivem com refugiados.

O referido evento proporcionou conhecimentos mais práticos e ao mesmo tempo específicos, agregando um valor imensurável a presente pesquisa, uma vez que foi possível observar com mais cautela os motivos da limitação da pesquisa bem como identificar que outro limitador condiz a língua do refugiado. Muitos deles não possuem fluência em inglês, falando apenas árabe como codificação primária, como ocorreu com o refugiado, primeiro entrevistado, sendo necessário o auxílio interrupto do cuidador, além disso por ser extremamente ocupado há sempre problemas em conciliar um horário com os dois para que há qualquer tipo de conversa.

Neste momento passa-se a conhecer a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE), na pessoa do secretário executivo, segundo entrevistado, responsável legal para questões refugiados e ajuda humanitária. Destaca-se, no entanto, que por tratar-se de uma associação com filiares difundida em todo o mundo, o entrave justificou-se em meio a problemática de um horário compatível a rotina para prestar as informações pertinentes ao estudo. Ainda no encontro foi admissível contato direto com o pesquisador, primeiro entrevistado, no qual também prontamente concedeu informações basilares a pesquisa, no entanto, o percalço deu-se por meio do não contato direto da professora com refugiados, dessa maneira existiam aspectos nos quais não era possível identificar vieses cabíveis ao referido estudo.

Por fim, permite-se afirmar que o seminário resultou em grandes avanços uma vez que foi possível contato com um refugiado africano estudante da UFPB, o mesmo é natural da Guiné-Bissau e está representado na presente pesquisa identificado como terceiro entrevistado, que apesar das dificuldades de entendimento do sotaque durante as conversas, aceitou participar da pesquisa por meio de entrevistas e conversas informais nas redes sociais.

Partindo-se desse pressuposto, afirma-se que a seleção dos casos analisados foi não probabilística, uma vez que não foi possível identificar com confiabilidade o número exato de refugiados e solicitantes, desta maneira, fez-se uso de todas as entrevistas concedidas durante todo o período de estudo.

Em seguida, fez-se a opção de um estudo de múltiplos casos, neste caso mais específico, subdividiu as entrevistas em dois blocos: os refugiados e os cuidadores dos mesmos, declara-se ainda que não houve critério de escola de entrevista, uma vez que em virtude das limitações descritas anteriormente não foi possível averiguar um elevado número de dados.

Entre os métodos da pesquisa qualitativa, optou-se pelo desenvolvimento de entrevistas do tipo semiestruturadas e observação direta não participante. Segundo

RICHARDSON (1999), classifica-se semiestruturada, quando a entrevista é desenvolvida por meio de um roteiro, cujos tópicos são previamente estabelecidos na busca do atendimento à temática central, o autor corrobora ainda que a observação direta não participativa, refere-se quando o observador frequenta os locais onde o fenômeno ocorre, porém não se integra à comunidade observada

As entrevistas ocorreram a partir de um roteiro de entrevistas, tendo sido realizado com pessoas que trabalham com os refugiados (Apêndice 02) e com os próprios refugiados residentes na cidade de João Pessoa – PB (Apêndice 03). O tempo médio de entrevista foi cerca de sessenta minutos com cada entrevistada, incluindo nesse tempo intervalos decorrentes de necessidades de atender questões físicas e pausas para entendimento comum em virtude da divergência de idiomas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para a fase de análise dos resultados.

Com relação à análise das informações, segundo Vergara (2006), o processo consiste em dar sentido ao que foi coletado, e por esta se tratar de uma pesquisa qualitativa, configurando-se de forma não estatística, sendo tratados de forma compilada, e apresentados de forma mais estruturada, mantendo a ética e fidedignidade de todos os dados e informações ofertadas nas entrevistas.

O pesquisador pode afirmar que a fase de formalização foi considerada um processo difícil, em virtude da pouca experiência com estudos qualitativos, exigindo dessa maneira um maior envolvimento em busca de constituir padrões de similaridade no que tange às categorias de codificação e, conseqüentemente, se chegar a resultados mais precisos e satisfatórios, ressalta-se ainda que em virtude da necessidade de coesão e coerência as entrevistas foram todas transcritas e o conteúdo foi condensado em blocos de conhecimento para dar origem aos resultados apresentados no capítulo seguinte.

3.2 ENTREVISTADOS QUE TRABALHAM COM REFUGIADOS.

Diante de todas as informações supramencionadas, confrontando diretamente o que é perceptível nos meios midiáticos e em busca de alcançar os objetivos da presente pesquisa, faz-se necessário buscar na prática uma averiguação do que levam as pessoas a formar grupos sociais humanitários em busca da proteção e encorajamento dos refugiados na construção de um novo lar. Sendo assim, a presente pesquisa contou com três entrevistados no âmbito “grupos humanitários” com vistas a esclarecer os reais motivos que os levam a ajudar indivíduos totalmente desconhecidos.

A entrevista se inicia através da arguição sobre a identificação da relação de experiência de vivência com os refugiados. Observou-se de maneira geral que as discursões apresentadas para tal questão mostraram-se que os três entrevistados detêm cunho teórico, uma vez que são pesquisadores assíduos na problemática discutida. No entanto teve-se a limitação do primeiro entrevistado, em virtude de sua experiência ser apenas de forma teórica, o que não ocorreu com os outros dois entrevistados.

O primeiro entrevistado relata que sua experiência com a temática teve início na década de 1990, sendo produto de sua formação acadêmica que futuramente o qualificaria para as atividades desenvolvidas inicialmente na Macrorregião do Nordeste do Brasil e posteriormente se direcionaria para outros países. Destaca-se ainda que o entrevistado tem seus estudos e ações principalmente direcionados a questão dos refugiados ambientais, ou seja, indivíduos exilados devido a catástrofes e desastres naturais. Evidencia-se que atualmente há a preocupação por parte do entrevistado no que se refere ao debate internacional sobre a situação desse tipo de refugiado uma vez que muito se discute as fugas em virtude de guerras civis praticamente excluído a questão ambiental

O segundo entrevistado expõe que sua relação com o tema bem como sua experiência direta com os refugiados origina-se de práticas realizadas tanto no Brasil como em algumas partes do mundo, principalmente no que diz respeito à situação de alguns países do Oriente Médio. Demonstra ainda que o foco principal de suas pesquisas é o debate sobre as questões religiosas enquanto fator determinante na decisão e se refugiar. Explanando de maneira precisa as questões religiosas e relação de poder.

Por fim, o terceiro entrevistado menciona que convive diretamente com a temática mencionada desde o início da década de 1990 através da realização de atividades ligadas a orientação jurídica e religiosa. A mesma reconhece a complexidade do tema que por sua vez envolve diretamente a segurança dos direitos humanos destes indivíduos, fato que é totalmente justificado uma regularização por partes das autoridades competentes, retrata-se ainda que este entrevistado foi refugiado o que permite visualizar em um único indivíduo ambas as faces nesse processo de refúgio.

Diante do que relataram os entrevistados, chamou-nos atenção o fato de que os trabalhos e pesquisas direcionados à situação dos refugiados no Brasil e no mundo, terem se iniciado no início da década de 1990. E através de pesquisas bibliográficas sobre o cenário político, econômico e social tanto nacional quanto internacional desta mesma época, o que ficou constatado o acontecimento de alguns fatos que contribuíram para a iniciação de pesquisas acadêmicas sobre a temática dos refugiados, tais como, o genocídio em Huanda

(Cuba), o agravamento da situação dos conflitos no Oriente Médio e o fato de que o Brasil está se redemocratizando e portanto, conquistando a segurança dos direitos sociais e também a estabilização da economia. Notou-se também a importância do papel da igreja católica no auxílio aos indivíduos em situação de refúgio através de suas pastorais na incorporação do debate sobre as questões sociais.

Com relação a opção da escolha da reterritorialização destes indivíduos no Brasil e na Paraíba. Neste momento, buscou-se identificar características geográficas, políticas e sociais que levaram os refugiados a optarem por residência em João Pessoa.

O primeiro entrevistado menciona não ter ciência de refugiados vivendo na Paraíba, exceto a situação de um palestino residente em Campina Grande ao qual permanece até o presente momento devido ter se casado com uma brasileira residente no mesmo município, conquistando assim a situação legal no país. Continua afirmando que o Brasil é um país que carece de assistência governamental através dos programas sociais e que os refugiados e imigrantes, quando podem optar, escolhem o Brasil devido aos seus aspectos físicos como localização geográfica, clima, por sua receptividade e por acreditarem que o Brasil é uma país de oportunidades.

Por sua vez o segundo entrevistado relata a experiência de conhecer um refugiado no estado da Paraíba, que reside na cidade de João Pessoa devido ter se casado com uma brasileira. O mesmo reconhece ainda que o refugiado em questão passa por diversas dificuldades de integração social como por exemplo a adaptação com a língua local, bem como as dificuldades econômicas tais como conseguir emprego. Ainda segundo o entrevistado, por estar a um considerável tempo passando por diversas dificuldades, o refugiado expressa constantemente o desejo de migrar-se para o estado de São Paulo, onde seria melhor assistido por programas governamentais estatuais, bem como por ONGs ligadas ao auxílio dos refugiados.

O refugiado que conheço optou por João Pessoa em virtude de sua esposa que é natural da cidade. No entanto, enfrenta muitas dificuldades de adaptação como a língua, emprego e etc. Ele queixa-se constantemente da falta de integração e expressa desejo de mudar-se para São Paulo (Fala do segundo entrevistado sobre os relatos dos refugiados ao optarem pela vinda à Joao Pessoa durante entrevista realizada no dia 20 de junho de 2017).

Por fim, o terceiro entrevistado relata inicialmente as dificuldades vivenciadas pelos indivíduos em situação de refúgio, bem como a dos migrantes que se viram obrigados por motivos em geral ligados à violência, que por sua vez, se veem forçados a abandonar seus lares e suas origens buscando sempre melhores condições de vida. Expõe que conviveu com

refugiados com membros mutilados e que viviam em oficinas trabalhando em situação de escravidão. Termina, evidenciando a importância de instituições que lutem em defesa da dignidade dos refugiados e migrantes os oferecendo uma oportunidade de vida melhor para todos.

Para analisarmos os aspectos que se destacam na decisão pela escolha da cidade de João Pessoa como nova residência. Em suma, observou-se a presença de aspectos familiares ou de amizades, busca de empregos, investimentos e pela hospitalidade.

O primeiro e o segundo entrevistado relatam que não conhecem nenhum indivíduo que se encontre em situação de refúgio no estado da Paraíba. Já o terceiro entrevistado afirma não haver na cidade de João Pessoa um considerável número de refugiado e migrantes devido principalmente à falta de oportunidades socioeconômicas que estes indivíduos acabam sendo submetidos. Afirmando ainda que escolhem a cidade por motivos afetuosos, por buscarem trabalho nas mais diversas áreas, bem como por investimentos, por motivo de estudo ou por simplesmente pela tranquilidade da região.

[...] em geral a decisão de residir na cidade é determinada por algum laço familiar ou de amizade, por motivo de trabalho ou para fins de investimento; muitos jovens fazem a escolha para fins de realização de estudos universitários, e pessoas mais velhas, pela tranquilidade que a cidade oferece em relação às grandes cidades (Fala do entrevistado sobre a escolha de residir na cidade de João Pessoa durante a Entrevista realizada no dia 20 de junho de 2017).

Dando continuidade as análises das entrevistas com pessoas que “cuidam” dos refugiados, os mesmos participaram e mais uma rodada de perguntas, onde a próxima questão corrobora sobre como se dá o processo de regularização e inclusão social dos refugiados no Brasil e na Paraíba.

De acordo com o primeiro entrevistado, é mencionada a Lei 9474/97 que regulariza a situação de refugiados no Brasil, que por sua vez, atua em conjunto com o CONARE. Quanto a inclusão social, o entrevistado relata a ocorrência de preconceitos, discriminação e por vezes até xenofobia para com os refugiados. Conta ainda os mesmos possuem direito legais e podem trabalhar, porém evidencia a falta de ações governamentais que assegurem estes indivíduos.

Seguindo o mesmo contexto que se refere à regularização da situação dos refugiados no Brasil, o segundo entrevistado relata não saber como acontece este procedimento aqui em João Pessoa. Por sua vez, o terceiro entrevistado, expõe que a regularização é de responsabilidade do Ministério da Justiça e pelo Departamento de Polícia Federal, podendo o migrante solicitar permanência provisória ou definitiva, dependendo de caso específico que se

enquadrar. Todo o processo de regularização mostra-se muito lento e caro e que muitas vezes por falta de tempo, recursos financeiros e até mesmo de saúde, esta regularização é buscada judicialmente. No que se refere a inclusão social, informa que eles mesmos a buscam, e conseguem muitas vezes devido a ajuda de instituições ligadas a igreja católica que os acolhem.

Sobre o processo de regularização:

O processo de regularização migratória é levado a cabo pelo departamento de estrangeiros do Ministério da Justiça, localmente a cargo de delegacia especializada da Polícia Federal. O migrante pode requerer a permanência provisória ou definitiva, conforme o caso, e aguarda o trâmite de um processo burocrático, caro, e lento muitas vezes; quando não definido em lei o direito de residência no Brasil, e de gozo dos direitos humanos, é buscado judicialmente; com a entrada em vigor da Nova Lei de Migrações esse processo se tornará mais amplo e facilitado (Fala do entrevistado sobre a escolha de residir na cidade de João Pessoa durante a Entrevista realizada no dia 20 de junho de 2017).

Sobre a inclusão social:

A inclusão social é procurada com muito esforço por eles mesmos, ou pelos programas específicos das instituições que assistem migrantes e refugiados, como a acolhida inicial (com moradia e alimentação quando for possível), ensino de português, profissionalização, integração laboral, intermediação para o trabalho. Garantia de direitos específicos para os refugiados, uma situação mais segura do que os migrantes em geral, mas nem sempre com de emprego. Migrantes e refugiados em muitos casos sofrem para conseguir sobreviver no nosso país (Fala do entrevistado sobre a escolha de residir na cidade de João Pessoa durante a Entrevista realizada no dia 20 de junho de 2017).

Como se não bastassem as dificuldades encontradas pelos refugiados no que se refere a inclusão social em um ambiente totalmente desconhecido por eles, estes indivíduos ainda passam por desafios no que se refere a questão social, política e econômica.

O primeiro entrevistado relata que sobre a questão social, os refugiados buscam por empregos, por acesso a saúde, às políticas públicas e que os mesmos enfrentam constantemente dificuldades com o idioma, uma vez que muitas vezes não conseguem expressar seus verdadeiros desejos e vontades e até qualificações profissionais no caso de procura por empregos melhores.

O segundo entrevistado afirma que sobre as dificuldades relatadas pelos refugiados a respeito da questão social, política e econômica, a situação dependerá muito se a pessoa está em condição legal dentro do país, ou seja, se ele é um refugiado legalizado ou se ele é outro tipo de migrante legal ou não, dependendo também da sua nacionalidade, uma vez que existem casos de imigrantes vindos de algumas nacionalidades serem aceitos mais facilmente

do que de outras nacionalidades, como é o caso de migrantes vindos da Síria, caso visto com outros olhos para com os órgãos que regularizam a situação dos refugiados, dando-lhes a legalização de uma forma mais rápida e facilitada.

Tendo uma vivência mais direta com os refugiados, o terceiro entrevistado relata que já presenciou inúmeros relatos das dificuldades encontradas pelos refugiados a respeito das questões sociais, políticas e econômicas. Observa que a falta de recursos financeiros, a dificuldade de conseguir emprego afeta drasticamente a condição de vida dos refugiados, uma vez que a cada dia se torna mais inserto conseguirem algum emprego e assim melhores condições de vida. Relata ainda que dificuldades como preconceito, discriminação e xenofobia por parte de uma considerável porção da população estão presentes na maioria dos casos. Outro desafio relatado pelos refugiados se trata da negação dos direitos políticos e humanos e o excesso de burocracia na regularização da situação e legalização da condição e refugiado.

Falta de recursos, dificuldade de conseguir emprego, falta de participação política (negação de direitos políticos), excesso de burocracia para conseguir a documentação ou para a regularização migratória, preconceito, discriminação e xenofobia por parte de alguns setores da população (Fala do entrevistado sobre a escolha de residir na cidade de João Pessoa durante a Entrevista realizada no dia 20 de junho de 2017).

Finalizando as entrevistas com pessoas ligadas ao auxílio dos refugiados, foi solicitado que descrevessem sobre algum relato de vida de alguns refugiados na cidade de João Pessoa que os mesmos presenciaram ou tiveram ciência.

Mais uma vez o primeiro e o segundo entrevistado mencionam que não podem responder tal solicitação devido não conhecerem nenhum migrante em situação de refúgio na cidade de João Pessoa. No entanto, o terceiro entrevistado demonstrando sua vasta experiência no acolhimento e auxílio dos refugiados afirma que conhece vários imigrantes que se destacam por serem excelentes profissionais e por isso são reconhecidos por seus serviços, dentre os quais destacam-se professores universitários, músicos, estudantes e até empresários bem-sucedidos. Afirma ainda ter convivido com um refugiado polonês em um campo de concentração durante a II Guerra Mundial que após fugir com sua mãe, hoje encontra-se legalizado por ter casado e formado família com uma paraibana.

3.3 ENTREVISTAS COM REFUGIADOS

Mediante o cenário atual no que se refere à fuga de indivíduos em busca de uma reterritorialização, bem como, a reconstrução de uma identidade antes perdida, tem-se observado que há uma limitação de pesquisas e estudos em torno das principais dificuldades encontradas nesta readaptação de vida, logo não averígua-se com clareza as verdadeiras restrições. Afirma-se ainda, que mesmo o Brasil sendo pioneiro no que tange legislação vigente, é possível identificar vários gargalos no que se refere ao apoio econômico, social, cultural e político destes indivíduos.

Nesta etapa foram procurados incessantemente por indivíduos que se encontram em situação legal de refúgio residentes na cidade de João Pessoa e que aceitassem participar deste trabalho compartilhando dentre outros relatos, suas experiências de vida na situação de refugiados, os motivos pelos quais os levaram a abandonar o lugar que sempre viveram em busca de melhores condições de vida e dos seus tão sonhados direitos humanos.

Ciente das dificuldades vivenciadas pelos refugiados por meio de leituras bibliográficas e principalmente através de notícias vinculadas em mídias televisivas e pela rede mundial de computadores, pode-se perceber pessoalmente o relato de vida de alguns refugiados. No contexto referente a experiência como refugiado, constatou-se.

Partindo-se desse entendimento, a referida pesquisa buscou, mesmo mediante a inúmeras limitações, aproximar-se os refugiados por meio de entrevistas semiestruturadas, de modo a buscar os reais desafios encontrados por eles em suas buscas por um novo território. Ressalta-se ainda que foi possível, contato com um entrevistado que para o momento encontra-se como portador de visto humanitário, aguardando julgamento de seu caso que já dura mais de 10 anos, mesmo tendo recorrido a inúmeras instâncias. Em virtude da sua idade avançada, do seu grave estado de saúde, bem como, dificuldades com o idioma, a coleta de informações deu-se por meio de uma conversa informal gravada na íntegra e analisada conforme palavras chaves, a exemplo, refúgio, dificuldades e preconceito.

Desta forma o entrevistado apresenta-se relatando que nasceu no dia 14 de janeiro de 1947 na cidade de Banos Holguin, em Cuba. Tem formação técnica de nível superior em locomotivas movidas a diesel e a eletricidade, atividade que lhe rendeu diversas homenagens por parte das autoridades competentes em seu país. Trabalhou também em universidades como professor de eletricidade e na antiga URSS, concluiu cursos de especializações. Juntamente aos soviéticos trabalhou por sete anos em estudos tecnológicos detectando falhas de fabricação em locomotivas, o que lhe rendeu a conquista de dois prêmios de viagens à

antiga República Democrática Alemã em agosto de 1982 e maio e 1983. Recebeu também no total de medalhas de condecorações por parte das mais altas autoridades de seu país. Deixa claro com muita firmeza em seus relatos que tais fatos e conquistas podem ser comprovadas por meio de testemunhas e documentos que no momento encontram-se em Cuba.

Quando arguido sobre o motivo pelo qual abandonou o país de origem, o mesmo demonstrando clara tristeza relata que na época de estudante, foi obrigado por autoridades cubanas a trabalhar no corte de cana por três meses ao ano, sob pena de perder a chance de concluir os estudos. Já na fase adulta, como trabalhador, caso não cumprisse as metas de trabalho voluntário não teria direito ou sofreria dificuldades a aquisição de artigos que facilitam a vida, como panelas de pressão, bicicletas, relógios, tv, geladeiras etc. Com tantas exigências muitos trabalhadores se desentendiam e chegavam inclusive a brigar entre si e com autoridades do governo. Relata ainda que a vida doméstica é bastante precária em seu país, uma vez que até a quantidade de gás, água e energia elétrica eram controladas pelo governo, a cesta básica que era vendida pelo governo só durava uma semana, quando deveria garantir alimentação digna por pelo menos um mês. Alimentação está que por sua vez também é controlada chegando ao ponto de que cada pessoa só poderia consumir: dois quilos de arroz por mês; 250 gramas de feijão de um só tipo; 250 gramas de sal e impressionantes dois quilos de carne de boi por ano. As crianças de zero a sete anos tinham direito a um litro de leite ao dia; de sete a 13 anos, três litros por semana e os adultos não podiam consumir. Por se alimentarem com produtos de péssima qualidade custando muito caro, metade da população cubana sofrem problemas de estrutura óssea.

Continua seu discurso falando sobre o salário mínimo cubano, que corresponde à quatro dólares ao mês, já o salário de um médico ou engenheiro corresponde de quinze a vinte dólares ao mês.

Reitera dizendo que a ignorância política cubana é fruto de uma rigorosa ditadura que controla toda a imprensa falada, escrita e televisiva. Sobre o capitalismo praticado em todo mundo, inclusive no Brasil, o governo cubano divulga dados mostrando que serviços públicos de saúde e educação por exemplo são de péssima qualidade, mas que na realidade em Cuba, estes mesmos serviços em alguns casos, são ofertados, porém com qualidade inferior, o que se contradiz com o que é divulgado. Expõe ainda que todo cubano precisa ter dupla personalidade, isto é, tem de aparentar concordar com o regime, escondendo assim sua indignação, aos que expõem seus pensamentos contrários ao governo, correm perigo de vida.

O entrevistado conclui que diante de todas estas razões e muitas outras não mencionadas, o mesmo procurou por todos os meios sair do país, escrevendo para vários

países em busca de emprego, passando a ser considerado “não confiável” pelo governo cubano. A única saída que encontrou foi casar com uma brasileira, o que autorizaria minha vinda ao Brasil, tendo que me divorcia de minha esposa cubana. O casamento se deu por meio de procuração, sem amor e nenhum tipo de carinho, morou apenas dois meses com a brasileira chegando a gastar mais o equivalente a seiscentos dólares com pagamentos de contas pessoais da esposa e dos filhos dela. Seus filhos pediam dinheiro frequentemente como forma de compensar o “favor” que a mãe tinha feito, estes fatores levaram a impossibilidade de convivência, chegando ao fim com o fato dela gostar de sair sozinhas para diversas comemorações festivas. Expressa ainda que saiu de casa e foi morar juntamente com um amigo em um quarto cedido por uma senhora que conheceram numa feirinha, onde por muito tempo vendiam frutas informalmente para poderem se sustenta, ficando lá por seis meses.

Finaliza seu relato dizendo que depois de várias tentativas, recentemente recebeu um comunicado onde foi informado que o julgamento de sua condição de refugiado acontecerá no dia 28 de outubro do corrente ano. Por fim elenca alguns aspectos que explicam o porquê de não querer e não poder voltar para Cuba:

1. Conheceu a liberdade;
2. Precisa ficar para poder ajudar a família em Cuba;
3. Já não tem mais casa para morar, uma vez que sua casa em Cuba já deve ter sido tomada pelo Estado devido à ausência que já dura mais de 10 anos;
4. Será considerado pessoa “não confiável”;
5. Não poderá trabalhar em sua função, pois possuía cargo de confiança;
6. A família passará a sofrer limitações no que se refere a direitos, trabalho, aquisição de artigos de primeira necessidade etc.

Possuindo condições de vida e de saúde melhores do que o entrevistado anterior, o próximo entrevistado teve condições de responder as questões da entrevista uma por vez, o que facilitou o entendimento e a análise do que foi dito.

No que se refere a sua experiência de vida como refugiado o entrevistado inicia assegurando categoricamente que a vida de um refugiado, não é o que ele desejaria para nenhum cidadão. “A vida de um refugiado, não desejo para ninguém”. Afirma ainda enfrentar dificuldades das mais diversas origens se torna parte de seu cotidiano e experimentar uma vida aonde ações cotidianas se tornam limitadas e que quando são realizadas, por estarem além de seu lugar de origem não lhes oferecem nenhum tipo de sensação de dignidade humana, padecendo sempre a mercê das políticas públicas.

Em seguida, ao ser arguido sobre os motivos que o levou a refugiar-se assegura que em seu país natal passou por dificuldades quanto a políticas públicas praticadas em seu país, afirmando ainda que o principal motivo que o levou a abandonar seus país foram as divergências políticas e ideológicas

Sobre os aspectos que o levou a escolha do local onde hoje vive, o entrevistado expõe que as características geoclimáticas, como por exemplo, localização geográfica e o conhecimento de sermos um povo acolhedor, facilitaram a escolha da cidade como residência.

No que diz respeito a como se dá o processo de regularização e inclusão social destes indivíduos. Percebe-se que o mesmo possui boa formação ao citar o filósofo Grego Aristóteles e demonstrando com tudo, um nível elevado de conhecimento literário. Discursa no direcionamento de que o homem sempre foi um animal social, que não pode viver isolado a seus semelhantes e que quando isso acontece, tem-se a sensação de estar vivendo numa prisão. Relata ainda que com a regularização e a inclusão de refugiados em um determinado país, se faz possível voltar a praticar aquilo que sempre sonhou, galgando assim melhores condições de uma vida digna e de respeito.

Falando em inclusão social, foi solicitado que o entrevistado compartilhasse conosco um pouco de sua vida e experiência como refugiado e com outros refugiados, o entrevistado afirma que é um cidadão que sempre compartilha suas experiências e seus conhecimentos, buscando sempre interagir com aqueles que fazem parte de seu cotidiano e de seu espaço de vivência bem como pessoas das mais diversas classes sócias, com diferentes níveis de conhecimento e formação e outros grupos étnicos.

Finalizando a entrevista, foi solicitado que o entrevistado se possível narrasse algum fato curioso vivido na cidade de João Pessoa por ele ou por algum conhecido que se encontra na mesma condição e refugiado que ele. Sendo assim, o mesmo respondendo a solicitação, afirma ser um produto da natureza e que sua adaptação na cidade se deu de forma fácil. Demonstra ainda notórios conhecimentos sobre ciências da natureza e curiosidades quando fala da questão de João Pessoa ser a cidade onde o sol nasce primeiro.

Realizadas as devidas entrevistas, ficaram evidentes alguns fatores determinantes para construção de um entendimento mais legítimo da realidade de vida destes indivíduos. No caso dos entrevistados que trabalham com os refugiados, ficou claramente explícita toda dedicação para proporcionar melhores condições de vida e a garantia dos direitos humanos para estes indivíduos. Destaca-se também a necessidade de apoio tanto político quanto da iniciativa privada para com o trabalho destas pessoas, uma vez que devido a toda burocracia

vigente, necessitam cada vez mais de recursos financeiros para prestarem um serviço que em sua grande maioria gratuito.

Aos refugiados, em especial, ao primeiro refugiado, ficou aqui exposto toda sua história de uma vida marcada por perseguições, dificuldades e determinação à procura de condições dignas de se viver. Os casos apresentados neste trabalho, se assemelham com casos noticiados em todo o mundo, pois através de relatos ficou claro que a saída de seus lares e nações de origem é motivada pela busca de uma nova vida, com o mínimo de dignidade e direitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o cenário político, social e econômico a partir dos últimos dez anos do século XX até os dias atuais torna-se possível averiguar com clareza uma intensificação de desterritorialização por meio da fuga de indivíduos principalmente das nações do Oriente Médio, tornando, o que sempre foi visto como algo comum e esporádico em uma verdadeira crise humanitária que se alastra ilimitadamente por todo mundo.

Os motivos que os levam a buscar refúgio em outro lugar são aos mais diversos, porém com maior destaque vítimas de guerras civis, das “limpezas étnicas” e/ou genocídios. É possível atentar-se ainda a assassinatos coletivos, estupros principalmente com mulheres e crianças, avassaladoras mutilações, além de forçado arregimentação para formação de soldados com os meninos e a alienação de exploração sexual com meninas, tornando-o inevitável a tendência de buscar um novo lugar que proporcione uma vida de paz, mesmo que para isso há uma separação familiar e o total abandono do seu território identitário.

Deve-se atentar-se ainda, ao reconhecimento da globalização política e cultural, intensificada pela formação de uniões e blocos econômicos, o que culminou, além de uma enorme “aldeia global” a exclusão gradativa de identidades nacionais, no entanto, afirma-se que países com aspectos religiosos bastante fortes não aceitam essa diluição de valores e/ou proximidade com outras que sejam vistas como verdadeiras ameaças. Reflete-se ainda que o presente cenário vem combinado ao fenômeno fortificado de relação de poder e domínio, além infelizmente de surtos xenofóbicos e racistas.

No que tange aos meios de comunicação, averigua-se um incansável desenvolvimento tecnológico, que permite a visualização e propagação dos fatos em tempo real garantindo que a atual crise humanitária seja perceptível por toda população mundial, acendendo um sentimento generalizado da necessidade imediata de legislações vigentes que venham a aparar esses indivíduos refugiados que passam a não ter mais um lugar que possa ser chamado de seu. Partindo-se desse pressuposto, averigua-se a importância de grupos humanitário que atendem essas pessoas, proporcionando possibilidades que venham a remeter a construção de um novo lar.

Referindo-se a legislação vigente nas nações, o Brasil encontra-se em cenário de destaque, uma vez que participa ativamente das propostas ofertadas pela ONU, bem como detém no território nacional uma legislação que ampara e facilita a legalização dos refugiados. No entanto, torna-se impossível atender a demanda de necessidade em sua totalidade. Atualmente é escasso apoio governamental no que tange a benefícios sociais/econômicos

sendo necessário serem atendidos pelo programa Bolsa Família, o que torna inviável pelo valor, sabe-se que os refugiados e de moradia, ressalta-se ainda que na questão de educação, sabe-se que a grande maioria desses indivíduos.

Nesse sentido, no presente estudo de caráter qualitativo permitiu-se constatar representações e percepções dos desafios cotidianos vivenciados pelos refugiados na cidade de João Pessoa – PB, revelando duas realidades, dois casos de refugiados e três pesquisadores que dedicam seu trabalho na busca de maior proteção humanitária.

A opção do modelo de Malhotra (2005), possibilitou a percepção de como os refugiados tendem a conseguir vencer os principais desafios encontrados na sua recolocação identitária, bem como na reterritorialização. Vale salientar que os sujeitos sociais que participaram das entrevistas iniciaram suas pesquisas no início da década de 1990, por sua vez os dados coletados no que tange aos refugiados, foram desafios vivenciados desde a década de 1970.

Através de pesquisas bibliográficas sobre o cenário político, econômico e social tanto nacional quanto internacional desta mesma época, ficou constatado o acontecimento de alguns fatos que contribuíram para a iniciação de pesquisas acadêmicas sobre a temática dos refugiados, tais como, o genocídio em Huanda (Cuba), o agravamento da situação dos conflitos no Oriente Médio e o fato de que o Brasil se encontra em situação de redemocratização. Para as vítimas da fuga, averiguou-se que a frequência dos motivos declarados são normalmente guerra civil, motivadas normalmente por razões religiosas e geopolíticas.

Afirma-se que os principais desafios encontrados pelos participantes dos grupos humanitários são distinguidos como: o idioma de origem; a burocratização na legalização da situação de refugiado; escassez de recursos financeiros para auxiliar estes indivíduos e a ausência de documentos pessoais. Tais situações explicam-se pelo fato de que a grande maioria não fala português ou inglês, o que dificulta diretamente o diálogo e a convivência; por fim, o longo e burocrático processo até a legalização dos refugiados, uma vez que sabe-se que é requerido uma longa documentação, e geralmente eles não portam nenhum tipo de documento para identificação. Durante todo esse período não há existência de apoio governamentais dessa forma é extremamente necessário parceiras com ONG, entidade religiosas e instituições de ensino.

No que tange aos refugiados, averiguou-se que os principais obstáculos refere-se a integração social, uma vez sofrem xenofobia, as pessoas muitas vezes tem medo de aproximar-se achando que trata-se de terroristas. Relatam ainda que ao conseguir apoio de

entidades, os principais desafios tangem ao financeiro, uma vez que ficam totalmente dependentes de doação, não há postos de trabalho mesmo sendo capacitados, o governo infelizmente não fornece subsidio até o longo processo de legalização. Outro fato tange aos familiares que por diversas vem ficam em seu lugar de origem e/ou não conseguiram chegar ao destino final.

Partindo-se desse pressuposto, afirma-se que os indivíduos refugiados conseguem com muita dificuldade superar os principais desafios no que tange ao idioma, habitação e recursos financeiros. A realidade destes indivíduos evidencia a necessidade imediata de uma ampliação no que tange não apenas da legislação vigente, mas de apoio humanitário, uma vez que infelizmente observa-se que não há tantos grupos de apoio, além disso, averigua-se a importância das parcerias realizadas principalmente com universidade, uma vez que é de conhecimento público que não há lei específicas para educação e o desafio de idioma geralmente torna-se alvo de xenofobia e intimidação.

O presente estudo revela realidades de muitos desafios e sucesso, tanto dos refugiados quanto dos grupos de apoio uma vez que em meio a tantas dificuldades conseguem realocar os indivíduos possibilitando uma nova vida, no que tange os refugiados averigua-se que conseguem ter uma via ativa, com uma inserção social atualmente sem sofrer xenofobia, o que não ocorre com tanto sucesso para o detentor de visto humanitário atualmente, uma vez que não há possibilidade de trabalho em virtude de elevado idade e por não ter legalização de refugio para a lei brasileira não consegue direitos como por exemplo aposentadoria.

Diante todos esses pressupostos, o presente trabalho contribui para o aprimoramento dos estudos da área, tendo realizado a pesquisa por meio de um estudo multicaso tanto com pessoas participantes de grupo de apoio quanto refugiados. Buscando dar continuidade aos estudos vinculados a essa temática, sugere-se um estudo sobre o mercado de trabalho e vagas destinadas a estes indivíduos que por diversas vezes são capacitados para exercer elevados cargos, no entanto, por preconceito não conseguem, padecendo em meio à varias dificuldades.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **20 de junio día mundial del refugiado**. [S. l.]: ACNUR, 2003.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Direitos humanos e não-violência**. São Paulo: Atlas, 2001.

ANDRADE, José Henrique Fischel de. “A Proteção Internacional dos Refugiados no Limiar do Século XXI”. In: **Travessia-Revista do Migrante**, maio/ago, 1996.

Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE). **Declaração de Princípios**. Disponível em: <<https://www.anajure.org.br/institucional/declaracao-de-principios/>>. Acesso em: 07 Jul. 2017.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira; LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O Brasil e o espírito da declaração de cartagena. **Revista Forced Migration**, 35 ed. 2010.

BOGDAN, Roberto C., BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOUVIER, Antoine A. **Direito internacional humanitário e direito dos conflitos armados**. Instituto para Treinamento em Operações de Paz, 2011.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados Unidades da Federação – Paraíba. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb>>. Acesso em: 07 Jul. 2017.

Brasil. **Lei n. 9.474 de 22 de julho de 1997** (Lei Nacional sobre Refugiados).

BRASIL, Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. **Implementação do Estatuto dos Refugiados**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm>. Acesso em: 07 Jul. 2017.

_____. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**, 2016.

BUSSMANN Margit, Indra de Soysa; ONEAL John R. The effect of Globalization on National Income Inequality. **Comparative Sociology**, Vol.4, issue 3-4, 2005.

CHEMERIS, Henry Guenis Santos. **Os principais motivos que geraram os conflitos entre israelenses e árabes na palestina (1897-1948)**. Porto Alegre, 2002.

Convenção relativa ao estatuto dos refugiados (1951). s.d. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados>.

COSTA, Rogério H. da. **O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

Deslocamento forçado atinge recorde global e afeta uma em cada 113 pessoas no mundo, 2016. Disponível em: <[http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/deslocamento-forcado-atinge-recorde-global-e-afeta-uma-em-cada-113-pessoas-no-mundo/?sword_list\[\]=1&sword_list\[\]=a&sword_list\[\]=cada&sword_list\[\]=113&sword_list\[\]](http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/deslocamento-forcado-atinge-recorde-global-e-afeta-uma-em-cada-113-pessoas-no-mundo/?sword_list[]=1&sword_list[]=a&sword_list[]=cada&sword_list[]=113&sword_list[])>

=pessoa&sword_list[]=no&sword_list[]=planeta&sword_list[]=s%C3%A3o&no_cache=1.>. Acesso em: 09 Jul. 2017.

DREHER, Axel and Noel Gaston. **Has Globalization Increased Inequality?**. Swiss Institute for Business Cycle Research, n. 140, 2006.

Executive Committee membership by date of admission of members, 2005. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/>>. Acesso em: 07 Jul. 2017.

GALVÃO, Isabel. **Alto comissariado das nações unidas para os refugiados**, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005. **Anais...** São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

HAESBAERT, Rogério. **Território Territórios**. Niteroi, PPGeo-UFF/AGB, 2002.

Harvey, David. (1992). **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa

HESHMATI, Almas; LEE, Sangchoon Lee. The relationship between Globalization, Economic Growth and Income Inequality. **TEMEP Discussion Paper**. College of Engineering, Seoul National University, n. 51, 2010.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **The future of globalization**. Cooperation and Conflict, London, v.37, n.3, p.247–265, 2002.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo : Método, 2007. 240p.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEFEBVRE, H. **La Production de l^a Espace**. Paris: Anthropos, 1986.

LEFÈVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana M. C. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: Educs, 2003, 256p.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 9. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

Ministério Vigiai. **Dr. Uziel Santana fala sobre o lançamento institucional da ANAJURE**. Disponível em: <<http://vigiai.net/artigos/dr-uziel-santana-fala-sobre-o-lancamento-institucional-da-anajure>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

MNEMOSYNE, Tennessy. FRÓES BURNHAM, Teresinha. Sociedade da Informação: Um Conceito que Implica Relações de Poder. In: **Socializando Informações: reduzindo distâncias**. Salvador: EDUFBA, 2003.

MOREIRA, Julia Bertino. **A problemática dos refugiados no mundo**: evolução do pós-guerra aos dias atuais. Campinas, 2006.

MOURA, Camila Santos Barros. **Crise humanitária de refugiados: obstáculos e desafios existentes no Brasil**, 2016. Disponível em: <<https://mhps.net/?get=273/moura.-crise->

humanitaria-de-refugiados-obstaculos-e-desafios-existentis-no-brasil.-pdf.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2017.

Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais. 2017. Disponível em: <http://sites.uepb.edu.br/nepda/eventos/>. Acesso em: 20 Jul. 2017.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-Nação:** a ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999

SACK, R. **Human Territoriality:** its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o Exílio e Outros Ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001

SANTOS, João Paulo de Faria. Os refugiados e a sociedade civil: a experiência da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. In: **Refugiados: realidade e perspectivas.** Brasília: Loyola, 2003, p. 134-154.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SAQUET, Marcos A. O Território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 200, p.121-148.

SILVA, Cesar Augusto. **Direitos humanos e refugiados** (org). Dourados: Ed. UFGD, 2012. 144p. Sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola

SOLIMANO, Andrés. The evolution of World Income Inequality: Assessing the Impact of Globalization. **Serie Macroeconomia del desarrollo.** Santiago: United Nation Publication, n. 11, 2011.

SONDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial.** São Paulo: Contexto, 2013.

SOUZA, Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 77-116.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004. 217p.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 15-36.

UNHCR, Related News and stories. 2005. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/statistics/STATISTICS/4486ceb12.pdf>>. Acessado em: 21 dez. 2016.

VIRILIO, P. **O espaço crítico e as perspectivas do tempo real.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

WARNER, D. Responses to Kibreab: Deterritorialization and the Meaning of Space: A Reply to Gaim Kibreab. **Journal of Refugee Studies,** v. 12, n.4, P. 411-416, 1999.

ANEXOS

Anexo 01: III Seminário em Celebração ao Dia Mundial do Refugiado.



**III Seminário em Celebração ao
Dia Mundial do Refugiado**

Local: Auditório Azul do CCSA da UFPB
Dia: 20 de Junho de 2017
Horário: Das 8:00hs às 12:00hs

VAGAS LIMITADAS

Inscrições gratuitas através do email:
nepda@uepb.edu.br

HAVERÁ CERTIFICADO

IDRI
Instituto de Desenvolvimento e Inovação em Políticas Públicas


UEPB

Nepda
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos

BSVM
CATEGORIA
SERGIO VIEIRA DE MELLO

Fonte: NEPDA, 2017.

Anexo 02: Carta resposta do Departamento de Polícia Federal – DPF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJSP - POLÍCIA FEDERAL
 DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG/DREX/SR/PF/PB
 BR 230, Km 07, Rua Annita Luiza Mello Di Lascio Ponta de Campina, Cabedelo, PB, CEP 58310-000

Ofício nº 147/2017-DELEMIG/DREX/SR/PF/PB

Cabedelo/PB, 08 de junho de 2017.

A Sua Senhoria o Senhor
 DANILLO ALDIIN LEITE DE ATAÍDE
 Rua Joaquim José do Vale, 185
 Alagoa Nova - PB (CEP: 58125-000)

Assunto: Indisponibilidade de fornecimento de dados solicitados
 Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08375.302033/2016-11.

Senhor Danilo Ataíde,


De ordem do chefe da DELEMIG/DREX/XR/PF/PB, comunico que a Polícia Federal não possui em seus sistemas as informações solicitadas com o grau de detalhamento desejado por Vossa Senhoria.

Desta forma, recomendamos que tal requerimento seja encaminhado diretamente ao CONARE/MJ (Conselho Nacional de Refugiados do Ministério da Justiça), através do seguinte contato:


Endereço: Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE
 Ministério da Justiça – Esplanada dos Ministérios,
 Bloco 10 – Anexo II – 4º Andar – CEP: 70064-900 – Brasília-DF
 Correio eletrônico: conare@mj.gov.br // Telefone: (61) 2025-9225

Atenciosamente,

Gley Porto Barreto
 Agente de Polícia Federal



Documento assinado eletronicamente por GLEY PORTO BARRETO, Agente de Polícia Federal, em 08/06/2017, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2847852 e o código CRC B5FB7665.

Referência: Processo nº 08375.302033/2016-11

SEI nº 2847852

Fonte: Departamento de Polícia Federal, 2017.

ANEXO 03: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Universidade Federal de Campina Grande

Centro de Humanidades

Unidade acadêmica de Geografia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O DESAFIO DA INCLUSÃO SOCIAL DOS REFUGIADOS: O CASO DOS DISCURSOS DE RESIDENTES EM JOÃO PESSOA – PB

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado, o qual corresponde a um Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido enquanto requisito pedagógico do Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, _____, profissão _____, residente e domiciliado na _____,

_____, portador da cédula de identidade (RG) _____, e inscrito no CPF/MF _____, nascido(a) em ____/____/____, abaixo assinado (a),

concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo **O Desafio Da Inclusão Social Dos Refugiados: O Caso Dos Discursos De Residentes Em João Pessoa – PB.**

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas, estando ciente que:

1. Identificar quais os desafios da inclusão social dos refugiados através dos discursos de residentes em João Pessoa – PB. A participação neste projeto não tem objetivo de denegrir minha imagem sendo o destino das informações por mim fornecidas utilizados para fins acadêmicos como publicações e apresentações em eventos científicos;
2. Estou ciente do procedimento metodológico adotado nesta pesquisa e, em caso de dúvidas quanto a finalidade do mesmo, tenho todo o direito e autonomia de não autorizar o uso das informações fornecidas;
3. Tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem

necessidade de qualquer explicação;

4. A desistência não causará nenhum prejuízo à minha saúde ou bem estar físico;

5. Os resultados obtidos durante este ensaio serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em atividades científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados, exceto quando for por mim devidamente autorizado;

6. Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa através de arquivo digital fornecido pelo pesquisador.

() Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

() Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

7. Autorizo o uso de gravador na condição do áudio ou a transcrição do conteúdo não seja utilizado para finalidades que não sejam acadêmicas, exceto quando o pesquisador solicitar a minha aprovação pessoal;

8. Com relação a captura de imagem através de filmadora ou outro instrumento similar:

() Não autorizo

() Autorizo na condição de que o material não seja de domínio público;

() Autorizo sem restrições

9. Com relação a captura de imagem através de máquina fotográfica ou outro instrumento similar:

() Não autorizo

() Autorizo na condição de que o material utilizado seja normatizado segundo as orientações da ABNT e que não exista indicação do meu nome, excerto quando for por mim devidamente permitido;

() Autorizo sem restrições.

XI Caso me sinta prejudicado (a) por participar desta pesquisa, poderei recorrer ao CEP/HUAC, do Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos do Hospital Universitário Alcides Carneiro.

Campina Grande, de de 2017

() Sujeito pesquisado:.....

	TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
NOME		
RG		

TELEFONE		
<p>Responsável pelo Projeto: _____</p> <p>Prof. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior, Matrícula SIAPE 1770425</p> <p>Universidade Federal de Campina Grande Unidade Acadêmica de Geografia Rua Aprígio Veloso, 882, Cidade Universitária Campina Grande-PB, 58429-140</p> <p>Estudante Pesquisador: Danilo Aldrin Leite de Ataíde</p> <p>Telefone para contato: 83. 2101-1277/ xtojunio@yahoo.com.br</p> <p>CEP/ HUAC - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande- PB. Telefone: (83) 2101-5545.2</p>		

Fonte: UFCG, 2017

APÊNDICES

Apêndice 01: Solicitação de dados para a Polícia Federal

João Pessoa, 21 de Novembro de 2016

A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL

Superintendente: DPF Nivaldo Farias de Almeida

Ao cumprimenta-lo, respeitosamente, venho de início apresentar-me, sou Danilo Aldrin Leite de Ataíde, portador do CPF: 079.676.224.48, tenho 28 anos e residente na Rua Joaquim José do Vale, 185, cidade de Alagoa Nova – PB (CEP: 58125-000). Sou **Discente do Curso de Licenciatura em Geografia ofertado pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG** na qual estou desenvolvendo uma pesquisa à nível de graduação para obtenção do título.

Venho, por meio deste, em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, solicitar informações de base históricas e práticas atuais nos **últimos 10 anos na cidade de João Pessoa- PB** no que se refere à:

1. A quantidade de refugiados legalizados residentes na cidade;
2. Quais as características demográficas (sexo, idade, composição familiar, ocupação, condições de moradia, rendimento) dos refugiados da cidade;
3. Nacionalidade dos refugiados legalizados;
4. Nos últimos 10 anos quantos não conseguiram a legalização de condição de refugiados e quais os principais motivos para não liberação;
5. Principal motivo dentre: Raça, Religião, Nacionalidade, Grupo social ou Opiniões políticas que os levaram a condição de refugiados e conseqüentemente a sua legalização no Brasil;
6. Quantos possui vistos humanitários no Estado da Paraíba;

Afirma-se que todas as informações supramencionadas farão parte do acervo de análise dos dados do meu trabalho de conclusão de curso da graduação, no qual detém a temática **O DESAFIO DA INCLUSÃO DOS REFUGIADOS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA – PB**, orientada pelo Doutor em Geografia, Professor Xisto Serafim de Souza Júnior.

Enfatizo meu desejo pelas informações e ressalto que terá sua imagem, totalmente, protegida e publicitada em meio acadêmico com preocupação em manter a integridade, já que nosso véis de análise é identificar quais os desafios da inclusão social dos refugiados na cidade de João Pessoa – PB.

Certo do pronto atendimento, fico a inteira disposição para qualquer esclarecimento e dúvidas, assim como, o recebimento de qualquer material de cunho quantitativo e/ou qualitativo que venham agregar valor.

Desde já o agradeço e renovo meus votos de carisma e afeto.

Atenciosamente,

Danilo Aldrin Leite de Ataíde

Contatos:

Email: aldrindanilo@gmail.com

Tel: 83 981034193

WhatsApp: 83 981034193

Facebook: Danilo Aldrin

Apêndice 02: Roteiro de entrevista para quem trabalha com refugiados

PESQUISADOR RESPONSÁVEL (ORIENTADOR):

PROF. DR. XISTO SERAFIM DE SANTANA DE SOUZA JÚNIOR

ESTUDANTE-PESQUISADOR: DANILO ALDRIN LEITE DE ATAIDE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

A entrevista tem como objetivo a observação de setores da sociedade quanto a análise da inclusão social dos refugiados em João Pessoa-PB. A realização da mesma condiciona-se a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido o qual foi devidamente apresentado ao entrevistado.

Enquanto requisito dos procedimentos metodológicos será entregue ao entrevistado uma via deste roteiro de entrevista para leitura prévia.

Critério de inclusão: trabalhar direta ou indiretamente com refugiados.

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA QUEM TRABALHA COM REFUGIADOS

1. Fale um pouco sobre a sua experiência com refugiados.
2. Comente sobre os relatos de experiência dos refugiados ao optarem pelo Brasil e pela Paraíba.
3. Que elementos se destacam na decisão pela escolha de João Pessoa para residência?
4. Descreva um pouco sobre o processo de regularização e inclusão social dos refugiados.
5. Fale um pouco sobre os desafios relatados pelos refugiados no que se refere a questão social, política e econômica.
6. Que fatos curiosos você poderia ressaltar sobre a história dos refugiados na cidade de João Pessoa?

Data: ___/___/2017

Fonte: Autor, 2017.

Apêndice 03: Roteiro de entrevista para os refugiados

PESQUISADOR RESPONSÁVEL (ORIENTADOR):

PROF. DR. XISTO SERAFIM DE SANTANA DE SOUZA JÚNIOR

ESTUDANTE-PESQUISADOR:

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

A entrevista tem como objetivo a observação de setores da sociedade quanto a análise da inclusão social dos refugiados em João Pessoa-PB. A realização da mesma condiciona-se a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido o qual foi devidamente apresentado ao entrevistado.

Enquanto requisito dos procedimentos metodológicos será entregue ao entrevistado uma via deste roteiro de entrevista para leitura prévia.

Critério de inclusão: trabalhar direta ou indiretamente com refugiados.

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA QUEM É REFUGIADO

1. Fale um pouco sobre a sua experiência como refugiado.
2. Comente um pouco sobre os motivos que o levaram a solicitar refúgio.
3. Que elementos se destacam na decisão pela escolha de João Pessoa para residência?
4. Descreva um pouco sobre o processo de regularização e inclusão social dos refugiados (trabalho, escola, procedimentos burocráticos, etc.).
5. Fale um pouco sobre o seu cotidiano e sua relação com outros.
6. Que fatos curiosos você poderia ressaltar sobre a sua história na cidade de João Pessoa?

Data: ___/___/2017

Apêndice 04: Transcrição literal da entrevista com pessoas que trabalham com refugiados.

Foram realizadas entrevistas com pessoas envolvidas diretamente com os refugiados na cidade de João Pessoa – PB. As questões foram as seguintes:

I – Fale um pouco sobre a sua experiência com refugiados.

- 01 **Iniciei em 1998**, com refugiados palestinos na **Jordânia (pesquisa de mestrado)**, depois passei para **trabalhar com refugiados no Brasil e, no doutorado,** desenvolver atividades práticas findo em 2008, **trabalhei com integração de refugiados no Brasil e no Canadá.** **Desde 2010** com os debates sobre a situação dos **tenho focado em deslocados ambientais,** refugiados na escala internacional **particularmente deslocados internos ambientais no sertão do nordeste brasileiro.** Ainda, **trabalho com implementação do regime internacional dos refugiados e melhorias dos procedimentos para determinação da condição de refúgio** **Id1.** A experiência se iniciou com a formação acadêmica para só depois desenvolver atividades práticas inicialmente no Nordeste e depois com os debates sobre a situação dos refugiados na escala internacional **Id2.** Deslocados ambientais (tragédias)

Id3. Se preocupa com o debate internacional sobre a situação dos refugiados

Id4. A preocupação com o tema remonta ao início da década de 1990.

O Entrevistado tem sua experiência com o tema desde o início da década de 1990 decorrente de sua formação acadêmica que o qualificou para atividades práticas inicialmente no Nordeste e depois em outros países sendo uma de suas preocupações iniciais a questão dos refugiados ambientais (pessoas exiladas devido a catástrofes e desastres). Atualmente, se preocupa com o debate internacional sobre a situação dos refugiados

- 02 **Eu sou Secretário Executivo do Programa de Refugiados da Associação Nacional de Juristas Evangélicos. Já estive no Líbano, atuando junto com refugiados sírios, iraquianos e palestinos. Atualmente, auxilio um refugiado sírio palestino em Campina Grande e pesquiso sobre os deslocados internos por perseguição religiosa no Iraque** **Id1** – a experiência é prática no trabalho direto com refugiados sendo atualmente na escala local (Campina Grande), apesar da larga experiência internacional em países como Síria, Iraque e Palestina **Id2.** Trabalho com refugiados de percepção religiosa tanto no Brasil como no mundo

A relação com o tema se origina de experiências práticas tanto no Brasil como no mundo com

ênfase especial aos países do Oriente Médio tendo como preocupação principal o debate sobre a questão religiosa enquanto vetor de realização do refúgio.

- 03 **Desde 1993** trabalho na assistência jurídica ao migrante e refugiado, como Assessora Jurídica da década de 1990. **Pastoral dos Migrantes**. Na maioria dos casos trata-se de pessoas muito vulneráveis, cuja decisão de migrar foi forçada por razões diversas, mais que em geral sofreram muito no ato migratório, ou foram vítimas de violação de direitos humanos, em geral são também pessoas cujos direitos não são implementados. Procuramos o reconhecimento dos direitos dos mesmos, a regularização da permanência e uma integração segura no país. O meu livro Direitos Humanos dos Migrantes (Juruá, 2012) faz um relato mais pormenorizado dessa experiência.
- Id1 Experiência desde o início da década de 1990.
- Id2. Atividade na igreja (religiosa)
- Id3 Tema complexo decorrente de diferentes elementos causadores que afetam diretamente os direitos humanos necessitando de regulação específica.

O entrevistado trabalha com o tema desde o início da década de 1990 realizando atividades de orientação jurídica na igreja. Reconhece que se trata de um tema complexo que envolve diretamente a segurança dos direitos humanos, fato que justifica uma regulamentação.

O Entrevistado tem sua experiência com o tema desde o início da década de 1990 decorrente de sua formação acadêmica que o qualificou para atividades práticas inicialmente no Nordeste e depois em outros países sendo uma de suas preocupações iniciais a questão dos refugiados ambientais (pessoas exiladas devido a catástrofes e desastres). Atualmente, se preocupa com o debate internacional sobre a situação dos refugiados. A relação com o tema se origina de experiências práticas tanto no Brasil como no mundo com ênfase especial aos países do Oriente Médio tendo como preocupação principal o debate sobre a questão religiosa enquanto vetor de realização do refúgio. O entrevistado trabalha com o tema desde o início da década de 1990 realizando atividades de orientação jurídica na igreja. Reconhece que se trata de um tema complexo que envolve diretamente a segurança dos direitos humano, fato que justifica uma regulamentação.

Chamou-nos atenção o fato de que os trabalhos com os refugiados terem se iniciado no início da década de 1990. Por que???? Genocídio em Huanda, os conflitos no Oriente Médio e o Brasil está se redemocratizando e, portanto, conquistando a segurança dos direitos sociais e estabilização da economia.

Imagem que o Brasil tem diante do mundo (país amigável)

Papel da igreja (católica – tradição da igreja através de suas pastorais em incorporar o debate sobre as questões sociais)

II - Comente sobre os relatos de experiência dos refugiados ao optarem pelo Brasil e pela Paraíba.

- 01 Desconheço refugiados na Paraíba, exceto um Id1. Conhecimento de um refugiado palestino que reside em Campina Grande e veio residente em Campina Grande – PB. devido ao casamento com uma brasileira, mas tem dificuldade na integração. No Brasil, optam por Id2. Reside em Campina Grande programas do governo, idioma, localização devido ter se casado com uma geográfica, clima e imaginário social de que o brasileira. brasil é terra de oportunidades.

Id3. Dificuldades de inclusão social.

Id4. Programas Sociais do Governo

Id5. A opção pela Paraíba é principalmente devido aos aspectos naturais (localização geográfica, clima) e humanos (receptividade).

O entrevistado não tem ciência de muitos indivíduos refugiados no estado da Paraíba, com exceção de um palestino que atualmente reside na cidade de Campina Grande, permanecendo até então devido a ter se casado com uma brasileira residente no mesmo município, comprovando a dificuldade que o mesmo encontra no que diz respeito a integração. Relata ainda que aqui no Brasil carecem da assistência governamental através dos programas sociais e escolhem o Brasil devido a seus aspectos físicos como localização geográfica, clima, por sua receptividade e por acreditarem que o Brasil é uma terra de oportunidades.

- 02 O refugiado que conheço optou por Campina Id1. Evidencia de um desejo de Grande em virtude de sua esposa que é natural da migrar para outra região afim de mais cidade. No entanto, enfrenta muitas dificuldades de interação e assistência social. adaptação como a língua, emprego e etc. Ele queixa-se constantemente da falta de integração e expressa desejo de mudar-se para São Paulo.

O entrevistado conhece apenas um refugiado no estado da Paraíba, que por sua vez, optou por

residir na cidade de Campina Grande – PB devido ter se casado com uma brasileira. Reconhece que o refugiado passa por várias dificuldades de integração social como por exemplo adaptação com a língua bem como dificuldade em conseguir emprego e que o mesmo expressa claramente o desejo que migrar-se para o estado de São Paulo.

- 03 **As histórias dos refugiados e migrantes são geralmente muito tristes, às vezes carregadas de violência, como no caso de pessoas que tiveram que abandonar suas origens a causa de perseguições,** retratando a dura realidade a que são submetidos. **Conheci alguns solicitantes de refúgio com membros mutilados, que foram presos, que foram perseguidos, que tiveram que deixar parte da família na esperança de uma futura reunião, às vezes trazendo apenas parte dos filhos.** Conheci migrantes com histórias de superação, de imensa luta para sobreviver e se destacar, e inúmeros com experiências difíceis, como a de muitos bolivianos por exemplo, traficados para fins de exploração trabalhista, **vivendo em oficinas onde são submetidos a trabalho análogo à escravidão.** Pessoas cuja experiência no Brasil reduzir-se-ia a tal exploração, não fosse **o trabalho de determinadas instituições que procuram principalmente garantir os direitos e lutar pela vida digna dos migrantes. A assistência integral, incluindo a jurídica,** transforma essa experiência as vidas de migrantes ganham a liberdade de viver e trabalhar e a oportunidade de uma vida melhor.
- Id1.** Retratação da difícil realidade vivida por refugiados, uma vez que abandonam suas origens por motivos geralmente de violência.
- Id2.** Refugiados muitas vezes se veem obrigados a aceitarem trabalhos em situação de escravidão.
- Id3.** A importância do trabalho de instituições que buscam garantir os direitos humanos para os refugiados.
- Id4.** Assistência jurídica aos refugiados lhes proporcionando a experiência de melhores condições de vida.

A entrevistada inicia sua fala relatando as dificuldades vivenciadas por refugiados e migrantes que se viram obrigados por motivos geralmente de violência se veem forçados a abandonar seus lares, suas origens em busca de condições de vida digna. Evidencia que conheceu refugiados com membros mutilados e que viviam em oficinas trabalhando como escravos. Relata a importância de instituições que lutam pela dignidade dos migrantes os oferecendo uma oportunidade de vida melhor.

O entrevistado conhece apenas um **palestino residente em Campina Grande – PB,** que devido **ter se casado com uma brasileira,** continuou vivendo no Estado da Paraíba. **Passando por dificuldades,** o refugiado enfrenta dificuldades como falta de emprego, adaptação da língua e principalmente sente a falta da integração com as outras pessoas que convivem com ele, deixando claro o **desejo de mudar-se para São Paulo.** Evidencia que optam pelo **Brasil devido às suas peculiaridades físicas, como localização geográfica, clima** e **aqui procuram por assistências governamentais.** Outro fato relevante mencionado pelo entrevistado se trata das dificuldades enfrentadas pelos refugiados ao abandonarem suas origens por motivos de perseguição, sofrendo

muitas vezes violentas lesões físicas e mentais. Relata ainda que já conviveu com imigrantes que sofreram mutilações e abandonaram seus filhos se submetendo a **explorações trabalhistas, vivendo em condições de escravidão**, mas que alguns conseguem posição de destaque. Da ênfase ao trabalho feito por **instituições que lutam por melhores condições de vida destes indivíduos dando-lhes assistência social e jurídica**.

III – Que elementos se destacam na decisão pela escolha de João Pessoa para residência?

- 01 **Desconheço refugiados** em João Pessoa **Id1.** Não conhece refugiados em João Pessoa – PB

O entrevistado diz não conhecer nenhum indivíduo em situação legal de refugiado em João Pessoa.

- 02 **Não conheço nenhum refugiado** que resida em João Pessoa

O entrevistado diz não conhecer nenhum indivíduo em situação legal de refugiado em João Pessoa.

- 03 **Migrantes que se encontram em João Pessoa são uma minoria** em relação a outros centros urbanos **Id2.** Refugiados em João Pessoa são ou a lugares fronteiriços no Brasil, **onde há mais** minoria comparado a outras cidades **oportunidades**; mas há uma **diversidade de** no Brasil. **migrantes** de todas as faixas etárias, de todos os níveis econômico-sociais e dos vários continentes; **Id3.** Poucas oportunidades em João em geral a decisão de **residir na cidade é** Pessoa. **determinada por algum laço familiar ou de amizade**, por motivo de **trabalho ou para fins de investimento; muitos jovens fazem a escolha para** **Id4.** Diversidade de migrantes das mais variadas partes do mundo. **fins de realização de estudos universitários, e pessoas mais velhas, pela tranquilidade** que a cidade oferece em relação às grandes cidades. **Id5.** Laços afetivos, procura de emprego, investimento, estudos e tranquilidade determinam a escolha por João Pessoa.

O entrevistado relata que poucos migrantes encontram-se em João Pessoa, devido à falta de oportunidades. Mas afirma a existência de uma diversidade de migrantes de diversas faixas etárias, níveis econômicos e sociais, que escolhem a cidade por motivos afetivos, trabalho,

investimento, estudo e tranquilidade.

O entrevistado diz que **se encontram poucos migrantes** na cidade de João Pessoa quando comparado a outras importantes cidades no Brasil, principalmente no que **se refere a oportunidades**. Mas continua afirmando que **há uma diversidade de migrantes** de diversas disparidades como faixa etária, níveis econômicos e social, bem como nacionalidades. A escolha pela residência em João Pessoa é **determinada pelos laços afetivos e familiares**, por motivo de trabalho, investimento. Os mais jovens optam pela universidade e os mais velhos a tranquilidade oferecida pela cidade.

IV – Descreva um pouco sobre o processo de regularização e inclusão social dos refugiados e/ou imigrantes.

- 01 Sua **regularização se dá conforme a Lei 9474/97 e Id1**. Lei regulamentadora da condição **resoluções do CONARE**. Acerca de inclusão social, **de refúgio**. **há xenofobia, discriminação, preconceitos**, mas os **compatriotas se ajudam**, inclusive a **religião é fator Id2**. Ocorrência de ofensas. **fundamental**. Eles **possuem direito ao trabalho, mas** **falta apoio**, ou seja, **projetos de ação pública de Id3**. Patriotismo entre eles. **integração**.

Id4. Importância da religião.

Id5. Têm direitos.

Id6. Falta de apoio do poder público.

O entrevistado menciona a Lei 9474/97 que regulariza a situação dos refugiados no Brasil juntamente com a resolução do CONARE. No que se refere a inclusão social, relata a ocorrência de xenofobia, discriminação e preconceito mas continuam juntos. Conta que possuem direito ao trabalho, porém expõe a falta de ações públicas.

- 02 Eu não sei como isso ocorre em João Pessoa.

O entrevistado relata que não sabe como o processo de regularização e inclusão social dos refugiados acontece em João Pessoa.

- 03 O processo de **regularização migratória é levado a Id1**. Departamento de Estrangeiros do

cabo pelo departamento de estrangeiros do Ministério da Justiça é o órgão regularizador dos migrantes. localmente a cargo de delegacia especializada da Polícia Federal. O migrante pode requerer a permanência provisória ou definitiva, conforme o caso, e aguarda o trâmite de um processo burocrático, caro, e lento muitas vezes; quando não definido em lei o direito de residência no Brasil, e de gozo dos direitos humanos, é buscado judicialmente; com a entrada em vigor da Nova Lei de Migrações esse processo se tornará mais amplo e facilitado. A inclusão social é procurada com muito esforço por eles mesmos, ou pelos programas específicos das instituições que assistem migrantes e refugiados, como a acolhida inicial (com moradia e alimentação quando for possível), ensino de português, profissionalização, integração laboral, intermediação para o trabalho. Garantia de direitos específicos para os refugiados, uma situação mais segura do que os migrantes em geral, mas nem sempre com de emprego. Migrantes e refugiados em muitos casos sofrem para conseguir sobreviver no nosso país.

Id2. Permanência provisória ou definitiva.

Id3. Burocracia no processo de regularização.

Id4. Direitos Humanos buscados judicialmente.

Id5. Inclusão social buscada com os próprios esforços ou pelas instituições que os auxiliam.

Id6. Refugiados tem mais direitos do que os migrantes em geral.

Id7. Dificuldades de sobrevivência em nosso país.

O entrevistado relata que a regularização é feita pelo Ministério da Justiça e pela Polícia Federal, o migrante por sua vez poderá solicitar permanência provisória ou definitiva dependendo do caso, passando por um processo é lento e caro as vezes buscado judicialmente. No que se trata da inclusão social, expõe que eles mesmo a buscam e que também recebem ajuda de instituições.

O entrevistado relata que o órgão responsável pela regularização dos refugiados é de competência do departamento de estrangeiros alocado ao Ministério da Justiça e que localmente é serviço do Departamento de Polícia Federal. Menciona que o migrante pode solicitar regularização de sua condição no país provisória ou permanente dependendo do contexto que está inserido, em um processo burocrático lento e caro, que algumas vezes é buscada judicialmente. Expõe que a inclusão social é buscada por eles mesmo, que também são auxiliados por projetos sociais. Afirma ainda que os refugiados têm mais direitos específicos do que o migrante em geral e que sofrem para sobreviver em nosso país.

V – Fale um pouco sobre os desafios relatados pelos refugiados e/ou imigrantes no que se refere a questão social, política e econômica.

- 01 Na busca de emprego, acesso à saúde e às políticas públicas já existentes, por dificuldade com idioma, saúde e políticas públicas. por exemplo. Eles ainda não podem participar de atividades políticas, por exemplo, nem associação com fins políticos. Impossibilidade de associação política.

O entrevistado relata a busca de emprego, acesso à saúde e políticas públicas e a dificuldade com idioma. Conta que os mesmos não podem participar de atividades políticas.

- 02 Depende muito se a pessoa é um refugiado ou outro tipo de migrante, bem como o local de onde veio e a nacionalidade. Como não conheço nenhum que more em João Pessoa, não sei responder isso.

O entrevistado expõe que depende se o indivíduo é refugiado ou migrante e de sua nacionalidade.

- 03 Falta de recursos, dificuldade de conseguir emprego, falta de participação política (negação de direitos políticos), excesso de burocracia para conseguir a documentação ou para a regularização migratória, preconceito, discriminação e xenofobia por parte de alguns setores da população. Burocracia na regularização. Ocorrências de ofensas.

O entrevistado relata a falta de recursos, dificuldade de conseguir emprego, negação de direitos políticos e excesso de burocracia na regularização migratória.

O entrevistado afirma que os desafios mais marcantes são a falta de recursos, a busca de emprego, acesso a saúde e as políticas já existentes, negando-lhes o direito político. Afirma ainda que não podem participar de atividades políticas. Que sua situação depende muito de saber se a condição do indivíduo é de refugiado ou de migrante, dependendo também de sua nacionalidade. Continua afirmando que passam por um processo muito burocrático, desta forma, preconceitos, discriminação e xenofobia são frequentes causados por alguns setores da população.

VI – Que fatos curiosos você poderia ressaltar sobre a história dos refugiados e/ou imigrantes na cidade de João Pessoa – PB?

- 01 Desconheço refugiados em João Pessoa

O entrevistado não conhece refugiados em João Pessoa.

02 Não sei.

O entrevistado não soube responder esta pergunta.

03 Muitos profissionais bons e conhecidos são imigrantes, entre os quais professores universitários, músicos e variados profissionais liberais e alunos empresários. Na cidade também reside um senhor polonês que esteve num campo de concentração durante a II Guerra Mundial, do qual fugiu junto com sua mãe, ele casou com uma paraibana e hoje tem vários filhos e netos. Id1. Profissionais muito bem reconhecidos por seus trabalhos são imigrantes. Id2. Profissões de destaque como professores universitários, empresários etc.

Id3. Convívio direto com refugiados em um campo de concentração na II Guerra Mundial.

Id4. Residente em Campina Grande por ter casado com uma paraibana.

O entrevistado relata que conhece vários imigrantes que são bons profissionais e reconhecidos, dentre os quais se destacam professores universitários, músicos empresários etc. Segundo o mesmo, conviveu com um polonês em um campo de concentração durante a II Guerra Mundial.

O entrevistado convive diretamente com refugiados e entre eles conhece importantes profissionais reconhecidos por seus trabalhos, que atuam nas mais diversas áreas, como por exemplo professores universitários, músicos, profissionais liberais e empresários importantes. Relata sua experiência de vida com um refugiado polonês onde estiveram juntos em um campo de concentração durante a II Guerra Mundial, que por sua vez fugiu juntamente com sua mãe e hoje encontra-se casado com uma paraibana, tem filhos e netos e com sua situação regularizada.

Fonte: Autor, 2017

Apêndice 05: Transcrição literal da entrevista com refugiados.

Foram realizadas entrevistas com pessoas em situação de refúgio residentes na cidade de João Pessoa – PB.

I – Fale um pouco sobre a sua experiência como refugiado.

- 01 **Ser refugiado, nenhum cidadão pensa em ser** pois **Id1**. Relato de uma experiência experimentar uma vida aonde o campo de exercício desagradável em deixar seu lugar de origem em busca de melhores condições de vida. **do dia a dia é muito delimitado o que lhe oferece** **nenhum tipo de sensação digna.**

Id2 Indignidade vivida pelos refugiados.

O entrevistado afirma que nenhum ser humano deseja estar na situação de um refugiado, sem poder viver dignamente. Continua ainda afirmando que a vida longe do exercício do dia a dia é muito limitada.

II – Comente um pouco sobre os motivos que o levaram a solicitar refúgio.

- 01 **Divergência política ideológica.** **Id1**. Dificuldades vivenciadas em perseguições políticas e ideológicas.

O entrevistado relata que os motivos que o levaram a abandonar seus país foram as dificuldades vivenciadas como perseguições políticas e ideológicas.

III – Que elementos se destacam na decisão pela escolha de João Pessoa para residência.

- 01 Resumindo ao seu povo e **características** **Id1**. Características físicas como **geoclimáticas.** localização geográfica e clima.

O entrevistado afirma que a escolha de residir em João Pessoa em resumo foi devida as suas características físicas como sua localização geográfica e clima.

IV – Escreva um pouco sobre o processo de regularização e inclusão social dos refugiados (trabalho, escola, procedimentos burocráticos, etc).

- 01 Como dizia o grande **filósofo Grego Aristóteles**, **Id1**. Demonstra conhecimento por que homem desde sempre é um animal social não importantes filósofos. **pode viver isolado a seus semelhantes, isso** **significa prisão** ou castigo. Com a **regularização e** **Id2**. Evidencia que não viver em

inclusão de alguns cidadãos do mundo a praticar meio aos seus semelhantes é como aquilo que sempre sonhaste desde os primeiros ^{viver numa prisão.} momentos na vida social.

Id3. Afirma que com a regularização e inclusão, pode praticar aquilo que sempre sonhou.

O entrevistado demonstra conhecer obras de alguns importantes pensadores, citando o Grego Aristóteles quando diz que o homem é um animal social e quando ele vive isolado a seus semelhantes, ele é castigado e vive numa prisão. Afirma ainda que com a regularização e a inclusão social de cidadãos no mundo, é possível praticar aquilo que sonharam a vida inteira.

V – Fale um pouco sobre o seu cotidiano e sua relação com outros.

- 01 Sou um cidadão que **sempre compartilho com o** **Id1.** Demonstra compartilhar seus **meu saber** e procuro este **intercâmbio cotidiano** conhecimentos com outras pessoas. **com diversas classes** ou bem dizer grupos que formam grande plataforma sociopolítico cultural **Id2.** Busca diariamente interação com aonde passei. outras pessoas, classes e grupos que fazem parte de seu redor.

O entrevistado expõe que é um cidadão que procura compartilhar seus conhecimentos e experiências com outras pessoas e que procura cotidianamente interação com diferentes pessoas, classes sociais e grupos que fazem parte de seu dia a dia.

VI – Que fatos curiosos você poderia ressaltar sobre a sua história na cidade de João Pessoa.

- 01 **Sou um produto da Natureza** a **adaptação foi** **Id1.** Considera ser um fruto da **questão de segundos** na cidade aonde o Sol aparece ^{natureza.} primeiro no Horizonte. Devido à minha forma de relacionar como tinha mencionado num dos pontos **Id2.** Afirma que a adaptação se deu deste questionário. de forma fácil.

O entrevistado relata que se sente um produto da natureza e evidencia que a adaptação na cidade de João Pessoa se deu de forma muito facilitada. Demonstra mais uma vez conhecimento sobre ciências da natureza quando fala da questão de João Pessoa ser a cidade onde o sol nasce primeiro.